



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS ERECHIM
CIÊNCIAS SOCIAIS**

MARINA MENEGAZ

**O DEBATE CONTEMPORÂNEO SOBRE A DIVERSIDADE CULTURAL NA
FORMAÇÃO DE PROFESSORES: UMA ANÁLISE DE PUBLICAÇÕES EM
PERIÓDICOS**

ERECHIM

2015

MARINA MENEGAZ

**O DEBATE CONTEMPORÂNEO SOBRE A DIVERSIDADE CULTURAL NA
FORMAÇÃO DE PROFESSORES: UMA ANÁLISE DE PUBLICAÇÕES EM
PERIÓDICOS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de Licenciatura em Ciências Sociais da
Universidade Federal da Fronteira Sul, como requisito
para obtenção do título de Licenciado em Ciências
Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Manoel Dias da Silva

**ERECHIM
2015**

MARINA MENEGAZ

**O DEBATE CONTEMPORÂNEO SOBRE A DIVERSIDADE CULTURAL NA
FORMAÇÃO DE PROFESSORES: UMA ANÁLISE DE PUBLICAÇÕES EM
PERIÓDICOS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em Ciências Sociais da Universidade Federal da Fronteira Sul, como requisito para obtenção do título de Licenciado em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Manoel Dias da Silva

Este trabalho de conclusão de curso foi defendido e aprovado pela banca em:
03/08/2015.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Rodrigo Manoel Dias da Silva

Profa. Ms. Cherlei Márcia Coan

Prof. Esp. Fernando Arnold Lorenzon

Dedico este trabalho a todas as pessoas que acreditaram no meu potencial, contribuindo direta ou indiretamente para que este trabalho fosse concluído com sucesso.

AGRADECIMENTOS

Em especial agradeço a Deus pelo dom da vida, pela força e coragem que me deste durante esta caminhada. Ao orientador professor Dr. Rodrigo Manoel Dias da Silva, pela sua dedicação, apoio e por ter acreditado na minha capacidade para concluir este trabalho. Agradeço a todos os professores não somente por terem me ensinado, mas por terem me feito aprender. A palavra mestre, nunca fará justiça aos professores dedicados aos quais sem nominar terão o meu eterno agradecimento. Aos amigos e familiares pelo apoio e incentivo nas horas difíceis. Aos professores da banca examinadora pela gentileza em participar e pelas contribuições para o aperfeiçoamento do meu trabalho. Enfim a todos que contribuíram para a conclusão deste trabalho com sucesso.

MEU MUITO OBRIGADA.

[...] temos o direito a ser iguais quando a nossa diferença nos inferioriza; e temos o direito a ser diferentes quando a nossa igualdade nos descaracteriza. Daí a necessidade de uma igualdade que reconheça as diferenças e de uma diferença que não produza, alimente ou reproduza as desigualdades (SANTOS e NUNES, 2003, p. 56).

RESUMO

Atualmente, o número de estudos sobre diversidade cultural desenvolvidos no contexto educacional vem se ampliando, constatada a sua relevância tanto para os avanços sonhados na educação, quanto para o desenvolvimento de educadores conscientes de seu papel social. Nesse sentido, o presente estudo teve como objetivo investigar a produção científica sobre diversidade cultural na formação de professores dos últimos cinco anos (2009-2013), por meio da análise de publicações periódicas. Após consulta a três periódicos, a saber: Revista Brasileira de Educação, Revista Educação & Sociedade, e Revista Educação & Realidade, nove trabalhos foram analisados em relação ao tema em destaque. Os resultados mostraram, de maneira geral, um número significativo de publicações sobre os temas, formação de professores e diversidade cultural, de maneira isolada. A maior parte dos trabalhos vem sendo desenvolvidos, com relação à diversidade, sob as perspectivas multiculturais e interculturais, as quais visam o reconhecimento e valorização das diferenças culturais, e com relação a formação de professores, sob a perspectiva de formação continuada e dos desafios enfrentados pelos professores em sua prática diária. A análise demonstrou que, embora se possa notar uma produção constante e significativa de trabalhos sobre os temas formação de professores e diversidade cultural, de maneira isolada, ainda existem lacunas e poucos trabalhos sobre o tema formação de professores para a diversidade cultural, mas os analisados demonstram uma preocupação com uma formação que dê suporte aos educadores para poderem atuar frente à diversidade cultural presente nas salas de aula de modo a acolher a todos, contribuindo assim para o sucesso escolar de seus educandos.

Palavras-chave: Produção Científica. Diversidade Cultural. Formação de Professores.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Publicações periódicas da Revista Educação & Sociedade.....	37
Tabela 2 - Publicações periódicas da Revista Brasileira de Educação.....	37
Tabela 3 - Publicações periódicas da Revista Educação & Realidade.....	38

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Comparação das produções científicas dos três periódicos.....39

SUMÁRIO

1	CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	11
2	DIVERSIDADE CULTURAL: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.....	14
2.1	DIVERSIDADE CULTURAL: PERSPECTIVA INTERCULTURAL.....	14
2.2	DIVERSIDADE CULTURAL: CONTEXTO EDUCACIONAL.....	17
2.3	RESPEITO À DIVERSIDADE CULTURAL NAS ESCOLAS.....	20
3	FORMAÇÃO DE PROFESSORES: UMA ANÁLISE.....	22
3.1	ASPECTOS HISTÓRICOS.....	22
3.2	FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA A DIVERSIDADE CULTURAL.....	25
3.3	DIVERSIDADE CULTURAL: DESAFIOS PARA A PRÁTICA PEDAGÓGICA.....	29
3.4	CONTRIBUIÇÕES DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA O RESPEITO À DIVERSIDADE CULTURAL.....	31
4	ANÁLISE DE PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS SOBRE A DIVERSIDADE CULTURAL NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES.....	33
4.1	ANÁLISE.....	33
4.2	MÉTODO.....	34
4.2.1	Material.....	34
4.2.2	Procedimento.....	35
4.3	ANALISANDO AS PRODUÇÕES CIENTÍFICAS NOS PERIÓDICOS SELECIONADOS.....	35
4.3.1	Levantamento das publicações em periódicos: alguns números.....	35
4.3.2	Aspectos Qualitativos.....	39
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS: BALANÇO DAS PRODUÇÕES.....	53
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	55

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Vivemos em uma sociedade multicultural, porém essa diversidade não tem sido trabalhada de forma adequada pelas escolas que estão impregnadas por uma visão homogeneizadora de educação. Portanto, faz-se necessária a busca constante por atitudes de reconhecimento à diversidade cultural que nos cerca e que nos constitui, principalmente por parte dos profissionais da área da educação. Para tanto, se ressalta a importância de investimentos na formação inicial e continuada de professores com base no multiculturalismo (CANEN; XAVIER, 2011).

Muitas gerações de professores passaram por processos de formação que não viam as particularidades e individualidade dos educandos, não considerando o contexto em que se encontram inseridos e a cultura dos mesmos, na maioria das vezes grupos minoritários. Porém, frente à realidade atual, faz-se necessário um novo olhar para a formação de professores, que busque perceber as diferenças, respeitá-las e acolhê-las.

Desenvolver uma educação voltada para a diversidade cultural é um desafio que exige muita sensibilidade para a criação de uma pedagogia diferenciada, pois a diversidade é um fator positivo e enriquecedor, não uma ameaça a ser combatida. O trabalho docente tem a responsabilidade de assegurar uma educação democrática que busca caminhos para a inclusão de grupos historicamente excluídos, num profundo processo de reflexão. Nesse sentido, a formação de professores para a diversidade cultural ganha relevância, na medida em que se busca o aperfeiçoamento de profissionais docentes com vistas ao respeito e ao reconhecimento das diferenças.

Para tanto, iremos analisar como a temática da diversidade cultural tem sido incorporada aos processos de formação de professores no Brasil, a partir de uma revisão de literatura, buscando diagnosticar os modos pelos quais o reconhecimento da diversidade cultural desafia os processos de formação docente. Tendo como objetivo investigar e analisar como vem sendo trabalhada a temática na formação de professores, os desafios e barreiras encontradas nesse processo, através da análise de publicações científicas em periódicos especializados.

A pesquisa terá um enfoque metodológico qualitativo, com contribuição da metodologia de pesquisa quantitativa. Quanto aos objetivos, trata-se de uma pesquisa que visa identificar, selecionar e analisar, nos periódicos em estudo,

publicações voltadas à formação de profissionais da educação para a diversidade cultural verificando de que forma vem sendo trabalhado o tema em destaque, bem como a intensidade de estudos e pesquisas desenvolvidos sobre a temática na atualidade, e analisar e compreender a importância da formação de educadores para a diversidade cultural.

Através desta pesquisa, busca-se realizar uma revisão de literatura, diagnosticando as produções científicas publicadas no intervalo de cinco anos, de 2009 a 2013, na área de educação com enfoque na formação de professores e na diversidade cultural. Para tal, foram selecionados os seguintes periódicos: Revista Brasileira de Educação, Revista Educação & Sociedade e Revista Educação & Realidade.

Através da análise desses periódicos, buscou-se diagnosticar como a formação continuada de profissionais da educação para a diversidade cultural tem sido tratada nestas publicações e, com isso, analisar suas contribuições para a transformação das aprendizagens escolares. Como nos dizem Canen e Xavier, a preocupação com a formação de professores para a diversidade cultural tem aparecido em diversos documentos:

Formar professores aptos a lidarem com a diversidade cultural tem sido ressaltado no âmbito de iniciativas curriculares, tais como os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, MEC, 1998), que tratam desse assunto como tema transversal, bem como em recente documento de preparação para a Conferência Nacional sobre o Plano Nacional de Educação (BRASIL, MEC 2009), em que a perspectiva de reconhecimento da diversidade cultural brasileira tem sido apontada como dimensão a ser trabalhada na formação continuada de professores (2012, p. 307).

Diante do exposto, mostra-se relevante trabalhar com a questão da formação docente na perspectiva do desenvolvimento profissional, que leve em conta a diversidade de identidades culturais presente nas escolas, pois as questões relacionadas ao multiculturalismo recentemente vêm sendo incluídas nos cursos de formação de professores, assim como pesquisas nessa área são poucas, demonstrando a importância de aprofundamento do tema.

Para a pesquisa foram elencadas algumas categorias (palavras-chave) que nortearão a seleção dos periódicos, a saber: multiculturalismo, identidade, diversidade cultural, intercultural, diferença, formação de professores, formação docente, formação para a docência, bem como suas variantes, categorias as quais

se constituem em unidades de estudo, que serão analisadas ao longo desta pesquisa.

Investigar como vem sendo discutida e trabalhada a problemática da formação de professores para a diversidade cultural é de grande relevância, tanto para a formação do pesquisador/educador, como para todo o cenário escolar e acadêmico, assim como para a sociedade em geral. Somente diagnosticando as dificuldades enfrentadas pelos professores neste cenário desafiador é que se poderá buscar alternativas que visem a superação desses limites, em busca de uma educação cada vez mais comprometida com a diversidade cultural presente nas escolas, libertando-se do etnocentrismo e das ideias homogeneizadoras que permeiam nossa sociedade atual.

2 DIVERSIDADE CULTURAL: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

O presente capítulo visa apresentar o conceito de diversidade cultural. Apoiando-se na perspectiva intercultural, visa também diagnosticar as contribuições de um trabalho docente comprometido com a realidade escolar e com o multiculturalismo, para o sucesso escolar de seus educandos. A diversidade cultural presente nas escolas muitas vezes é ignorada pela maioria das práticas pedagógicas, as quais assumem contornos homogeneizadores, contribuindo assim para o fracasso escolar e reforçando atitudes de preconceito (CANEN, 1997).

2.1 DIVERSIDADE CULTURAL: PERSPECTIVA INTERCULTURAL

O respeito à diversidade cultural é um tema polêmico que vem sendo defendido por diversos órgãos e instrumentos jurídicos internacionais. A Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural, em seu artigo número dois, demonstra a preocupação com a necessidade de manter uma relação harmônica entre pessoas e grupos tão diversos culturalmente. “Em nossas sociedades cada vez mais diversificadas, torna-se indispensável garantir uma interação harmoniosa entre pessoas e grupos com identidades culturais a um só tempo plurais, variadas e dinâmicas, assim como sua vontade de conviver” (UNESCO, 2002, p. 3). Interação esta que nem sempre tem sido de forma harmônica.

Mas apenas assegurar uma relação harmônica entre pessoas e grupos de diferentes culturas, não é suficiente. É necessário garantir a liberdade de expressão, para que esses indivíduos possam expressar sua cultura e essa se fazer conhecida por todos. “Enquanto se garanta a livre circulação das idéias mediante a palavra e a imagem, deve-se cuidar para que todas as culturas possam se expressar e se fazer conhecidas” (Ibid, p. 3). Além de ter garantida aos grupos culturais mais variados, igualdade de acesso às formas de conhecimento existentes.

A UNESCO¹, visando à aplicação da Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural, criou um plano de ação, o qual, no seu item sete, prevê o desenvolvimento nos indivíduos, através da educação, de uma valorização da diversidade cultural, apostando para tal na formação de professores. “7. Promover,

¹ UNESCO – United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura)

por meio da educação, uma tomada de consciência do valor positivo da diversidade cultural e aperfeiçoar, com esse fim, tanto a formulação dos programas escolares como a formação dos docentes” (Ibid, p. 6). Essa redação demonstra o quão importante se faz pesquisar a formação de professores para a diversidade cultural.

Antes de iniciar a discussão sobre o tema diversidade cultural nas propostas de formação de professores, nada melhor do que discutir um pouco esse conceito tão complexo que tem gerado várias consequências sociais, tanto de forma positiva, como negativa. A fala que segue elucida, sinteticamente, o que seria o multiculturalismo: “uma política pública inscrita nas instituições, no direito, na ação governamental (ou local) para dar às diferenças culturais, ou ao menos a algumas dentre elas, um reconhecimento no espaço público” (WIEVIORKA, 2006, p. 152).

Vera Candau, no livro “Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas” (2011), apresenta três abordagens multiculturais que estão presentes no cenário nacional. A primeira, assimilacionista, reconhece que na sociedade atual não existem oportunidades iguais para todos, mas é necessário que os grupos marginalizados sejam incorporados a cultura hegemônica, oferecendo oportunidade de acesso aos que antes não possuíam, porém não valoriza a cultura dos mesmos “*um pré-requisito para juntar-se à turma é desnudar-se, desracializar-se e despir-se de sua própria cultura*” (MACLAREN apud CANDAU, 2011, p. 21, grifo do autor).

Uma segunda abordagem é a diferencialista, ou monocultural, a qual dá ênfase ao reconhecimento das diferenças, dando espaço para que as diferentes identidades culturais possam se expressar, criando-se comunidades culturais hegemônicas, “verdadeiros *apartheid* socioculturais”.

A terceira perspectiva é a intercultural, que, segundo a autora, seria a mais adequada na busca por “sociedades democráticas, plurais e inclusivas” e tem-se que concordar com ela, pois será essa perspectiva que se caracteriza por defender ao longo desta pesquisa. Esta perspectiva busca apoiar a relação entre diferentes grupos culturais, visto que as culturas estão em contínuo processo de transformação, havendo sim raízes culturais, mas não havendo culturas puras, pois há um processo de “hibridização”. Outra característica importante são as relações de poder construídas nas relações culturais ao longo da história, estando sempre presente a hierarquização de uns sobre os outros.

A concepção intercultural de educação busca uma relação de diálogo entre os diferentes grupos culturais através de uma educação que seja capaz de incluir e

respeitar as diferenças, pois estas não devem ser ocultadas, mas sim reconhecidas e respeitadas, “[...] possibilitando a ruptura do modelo eurocêntrico no ensino e a construção de uma educação multicultural na escola brasileira” (FERNANDES, 2005, p. 378).

A expressão multiculturalismo, muitas vezes é utilizada de maneira imprecisa ou equivocada, prosseguiremos na abordagem ao tema a partir dos estudos de Wieviorka (2006), que se utiliza da expressão “multiculturalismo integrado” para nomear ações voluntárias de reconhecimento cultural, ou em favor das minorias, para ajudar os grupos minoritários a lutarem contra a injustiça social.

Enfim, a partir dos anos de 1960, o mínimo que se pode dizer é que as diferenças culturais prosperaram e diversificaram-se no seio das democracias ocidentais, algumas trazidas de fora, por fluxos migratórios consideráveis, outras primordialmente produzidas ou reproduzidas no interior dessas democracias (Ibid, p. 157).

Ao falar em identidades culturais fica difícil identificá-las como estáveis, pois são fruto de constantes processos de mestiçagem, mescla, fusão de diferentes características, sendo que essas passam por constantes mudanças. “A mestiçagem cultural pode ser também fonte de grandes dramas psicológicos, de dificuldades existenciais para autodefinir-se” (Ibid, p. 160).

Segundo Wieviorka (2006) existem dois pontos sobre os quais podem ser tratadas as diferenças culturais, porém cada um deles traz consigo perigos e limitações. As diferenças culturais ao serem tratadas do ponto de vista da tolerância, podem fazer com que os tolerados sejam vistos como inferiores, sendo sua cultura considerada desqualificada e impedida de visibilidade pública. Caso se opte pelo ponto do reconhecimento às diferenças culturais, corre-se o risco de um fechamento identitário, levando ao comunitarismo. Quando se trata de tolerância ou reconhecimento, corre-se o risco de uma dissolução ou de fechamentos identitários. “O espírito democrático é certamente uma condição, não apenas necessária, mas também favorável à mescla de culturas e à inventividade” (Ibid, p. 162).

Portanto a diversidade cultural deve ser reconhecida, acolhida e valorizada, para que se consiga alcançar o verdadeiro respeito aos direitos humanos de todos os cidadãos, independentemente de suas particularidades.

2.2 DIVERSIDADE CULTURAL: CONTEXTO EDUCACIONAL

Devido à importância do reconhecimento e do respeito à diversidade cultural presente em nossas escolas, esse tema vem se tornando cada vez mais pertinente para pesquisadores de áreas como educação e sociologia. Dentre os contextos em que a diversidade cultural vem sendo investigada, a escola tem se destacado. (BOURDIEU, 1998; GADOTTI, 1992; CANDAU, 2011).

Na educação atual, cada vez mais nos deparamos com a figura da heterogeneidade cultural, grupos que durante muitos anos foram vítimas de injustiças e discriminações, através de muitas lutas sociais, a cada dia conquistam mais espaço e se fazem respeitar.

No âmbito da educação também se explicitam cada vez com maior força e desafiam visões e práticas profundamente arraigadas no cotidiano escolar. A cultura escolar dominante em nossas instituições educativas, construída fundamentalmente a partir da matriz político-social e epistemológica da modernidade, prioriza o comum, o uniforme, o homogêneo, considerados como elementos constitutivos do universal. Nesta ótica, as diferenças são ignoradas ou consideradas um “problema” a resolver (CANDAU, 2011, p. 241).

Ao analisar a citação acima, se percebe que realmente tem se tornado um desafio para os professores trabalhar com a diversidade atualmente presente em nossas escolas. Profissionais que há anos desenvolviam seu trabalho baseado em uma educação homogeneizadora, sentem dificuldade em modificar suas práticas e inserir em suas aulas a cultura daqueles que até então eram desconhecidos e excluídos socialmente.

“A modernidade abordou a diversidade de duas formas básicas: assimilando tudo que é diferente a padrões unitários ou “segregando-o” em categorias fora da “normalidade” dominante” (SACRISTÁN apud CANDAU 2011, p. 241). Mas a diversidade é algo indissociável das práticas escolares, tanto dentro como fora das salas de aula, sendo cada vez mais discutida pelos setores educacionais de nosso país, pois ter a questão da diversidade cultural sempre presente nas práticas educativas é algo fundamental para fortalecer os processos de aprendizagem de todos e pensar a educação para todos, sem distinções.

As dúvidas e problemas relacionados à diversidade cultural presente nas escolas não é algo novo no cenário educacional, não devendo ser ignorado, nem

tampouco ser considerado um problema a ser combatido, mas algo a ser respeitado e valorizado, pois “não convém anunciar esses problemas como sendo novos, nem lançá-los como moda, perdendo a memória e provocando descontinuidades nas lutas para mudar as escolas” (SACRISTÁN apud CANDAU 2011, p. 242).

Sabemos que nosso país foi construído por uma mistura riquíssima de raças e este fato é incontestável, mas como nos diz Fernandes: “[...] a escola brasileira ainda não aprendeu a conviver com essa realidade e, por conseguinte, não sabe trabalhar com as crianças e jovens dos estratos sociais mais pobres, constituídos, na sua grande maioria, de negros e mestiços” (2005, p. 379). Demonstrando assim o quanto se faz importante a formação de professores para a diversidade cultural, pois de nada adianta leis que garantam que a diversidade cultural seja trabalhada nas escolas, se estes profissionais não estiverem preparados para tal.

Excluir dos currículos escolares a questão da diversidade cultural presente em nossas escolas ou não trabalhar essa questão acaba por fazer com que muitos educandos não se identifiquem com a instituição na qual estudam, que não se sintam parte dela, levando a altos níveis de reprovação e evasão.

A grande maioria adentra nos quadros escolares e sai precocemente sem concluir seus estudos no ensino fundamental por não se identificarem com uma escola moldada ainda nos padrões eurocêntricos, que não valoriza a diversidade étnico-cultural de nossa formação (Ibid, p. 380-381).

Ao perceber a necessidade de uma educação que envolvesse todas as culturas presentes em nossas escolas, a Secretaria de Educação Fundamental, no ano de 1997, criou o PCN Pluralidade Cultural, como tema transversal a ser trabalhado de forma interdisciplinar nas escolas, tendo por objetivo fazer com que educandos e educadores lutem contra quaisquer formas de discriminação apoiadas em diferenças culturais, buscando a valorização dessa pluralidade.

A temática da Pluralidade Cultural diz respeito ao conhecimento e à valorização de características étnicas e culturais dos diferentes grupos sociais que convivem no território nacional, às desigualdades socioeconômicas e à crítica às relações sociais discriminatórias e excludentes que permeiam a sociedade brasileira, oferecendo ao aluno a possibilidade de conhecer o Brasil como um país complexo, multifacetado e algumas vezes paradoxal (BRASIL, 1997, p.121).

Ao propor que a temática da diversidade cultural seja trabalhada em sala de aula, através dos PCNs, a Secretaria de Educação Fundamental não pretendem que

se criem grupos isolados, como Candau (2011) explica muito bem através da “perspectiva diferencialista”, mas que se reconheça e valorize as diferenças como possibilidade de enriquecimento cultural, que através do diálogo, se reconheça e respeite as diferenças, o que a “perspectiva intercultural” proposta por Candau defende.

O que se almeja, portanto, ao tratar de Pluralidade Cultural, não é a divisão ou o esquadramento da sociedade em grupos culturais fechados, mas o enriquecimento propiciado a cada um e a todos pela pluralidade de formas de vida, pelo convívio e pelas opções pessoais, assim como o compromisso ético de contribuir com as transformações necessárias à construção de uma sociedade mais justa (BRASIL, 1997, p. 122).

Mas, para que a escola trabalhe essa temática da diversidade cultural, como propõe os PCNs, faz-se necessário que se prepare para isso, sendo indispensável a busca de informações. Muitas vezes, tem-se discriminado indivíduos por não se ter respostas adequadas, o que se reforça pelo trecho que segue: “[...] há necessidade de a escola instrumentalizar-se para fornecer informações mais precisas a questões que vêm sendo indevidamente respondidas pelo senso comum, quando não ignoradas por um silencioso constrangimento” (Ibid, p. 123). Para tal, a escola precisa urgentemente de formação para professores voltada ao tema: Pluralidade Cultural.

No ano de 2003, foi criada a Lei nº 10.639, de 9 de janeiro, que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, a qual visa incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade de se trabalhar a temática História e Cultura Afro-Brasileira. Nas palavras da lei:

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil (BRASIL, 2003).

Porém, muito ainda precisa ser feito para que esta lei realmente seja posta em prática e não se torne algo apenas posto no papel, que não se concretiza na prática escolar de uma educação multicultural. Para tanto, faz-se necessário por parte do poder público um maior incentivo à formação, seja ela inicial ou continuada

de profissionais da educação para trabalharem com a temática da diversidade cultural nas escolas de forma significativa, bem como fomentar a criação e a divulgação de materiais didáticos que facilitem o desenvolvimento do tema.

Como nos diz Gadotti:

[...] a diversidade cultural é a riqueza da humanidade. Para cumprir sua tarefa humanista, a escola precisa mostrar aos alunos que existem outras culturas além da sua. Por isso, a escola tem que ser local, como ponto de partida, mas tem que ser internacional e intercultural, como ponto de chegada. (...) Escola autônoma significa escola curiosa, ousada, buscando dialogar com todas as culturas e concepções de mundo. Pluralismo não significa ecletismo, um conjunto amorfo de retalhos culturais. Significa sobretudo diálogo com todas as culturas, a partir de uma cultura que se abre às demais. (apud FERNANDES, 2005, p.386).

Ao analisar a fala de Gadotti percebemos que um longo caminho ainda precisa ser percorrido para que a educação seja, de fato, um instrumento que busca incluir e acolher todas as culturas existentes em nossa sociedade.

Na escola, muitas vezes, há manifestações de racismo, discriminação social e étnica, por parte de professores, de alunos, da equipe escolar, ainda que de maneira involuntária ou inconsciente. Essas atitudes representam violação dos direitos dos alunos, professores e funcionários discriminados, trazendo consigo obstáculos ao processo educacional pelo sofrimento e constrangimento a que essas pessoas se vêem expostas. (BRASIL, 1997, p. 122).

O estudo da pluralidade cultural se faz muito relevante na área das Ciências Sociais, e o que confirma isso é o fato do PCN Pluralidade Cultural, no item em que discute as contribuições para o estudo da pluralidade cultural no âmbito da escola, trazer a sociologia e a antropologia como parceiras para este desafio.

2.3 RESPEITO À DIVERSIDADE CULTURAL NAS ESCOLAS

As escolas brasileiras são um local privilegiado para trabalhar a questão da diversidade cultural, visto que estão inseridas em uma sociedade multicultural onde, muitas vezes, as diferenças são ignoradas através de um modelo escolar homogeneizador, gerando atitudes de discriminação que acabam por favorecer o fracasso escolar daqueles que não correspondem à cultura dominante. Como nos diz Canen, faz-se necessário uma educação na “perspectiva do diálogo das diferenças” (1997, p. 477).

Para que isso seja possível, torna-se fundamental uma formação inicial e continuada de professores para a diversidade cultural, com vistas a instrumentalizá-los para trabalhar com essa realidade e convidá-los a enfrentar o desafio de se despirem de uma visão preconceituosa e baseada em estereótipos, desse modo consolida-se a “[...] necessidade de uma formação inicial e em serviço de professores para que a perspectiva intercultural traduza-se nas práticas pedagógicas cotidianas” (Ibid, p. 477).

A formação de professores é um dos pontos cruciais para discussão da qualidade de ensino, bem como suas consequências. Apenas reconhecer que vivemos em sociedades multiculturais não tem sido suficiente para desencadear atitudes de valorização, em especial nas salas de aula, sendo necessária uma formação continuada que trabalhe estas lacunas deixadas pela formação inicial. “Formação de professores para o diálogo com as diferenças representa, no nosso entender, condição essencial para a construção de uma escola democrática e multicultural – uma escola cidadã” (Ibid, p. 492).

Mas, não são apenas os professores que necessitam de uma formação inicial e continuada voltada para o respeito e à valorização da diversidade cultural, mas também os profissionais que atuam na educação como gestores, o que se reforça pela fala de Xavier:

[...] um movimento que abarque as diversas tensões, dimensões e atores aí presentes, envolvendo professores e outros profissionais que realizam tarefas que extrapolam a docência, tais como os gestores educacionais, mas que, ao mesmo tempo, são de fundamental importância para a criação de um clima valorizador da diversidade cultural e para o desenvolvimento da prática pedagógica do professor e do trabalho escolar (2011, p. 12).

Essa formação de professores e profissionais da educação deverá estar focada na construção e valorização das identidades, como fruto de um processo de hibridização, superando a visão de identidades fixas. Nesse sentido, a formação de professores passa a ser entendida como “[...] um campo discursivo com potenciais de atuação e construção de identidades docentes críticas, comprometidas com a valorização da pluralidade cultural e com a justiça social” (CANEN, 2005, apud XAVIER, 2011, p. 15).

3 FORMAÇÃO DE PROFESSORES: UMA ANÁLISE

As discussões que envolvem a formação de professores têm se apresentado como um campo de grande interesse para a área da educação. Sendo esta questão de grande relevância no debate sobre a qualidade do processo de ensino-aprendizagem, sendo cada vez maior a necessidade de se repensar a formação de profissionais da educação que considerem as questões que envolvem a diversidade cultural que se apresenta no cenário escolar brasileiro. Apenas aceitar que vivemos em uma sociedade multicultural não é suficiente para acabar com as dificuldades que envolvem o tema no cotidiano das escolas, é preciso repensar essas práticas de modo a construir espaços de valorização da diversidade cultural, assim como a formação dos docentes, seus currículos e seus saberes (XAVIER, 2011, p.12).

3.1 ASPECTOS HISTÓRICOS

A formação de professores é uma necessidade que já vem sendo pensada há muitos anos, o que se confirma pela fala de Duarte:

A necessidade da formação docente já fora preconizada por Comenius, no século XVII, e o primeiro estabelecimento de ensino destinado à formação de professores teria sido instituído por São João Batista de La Salle em 1684, em Reims, com o nome de Seminário dos Mestres (DUARTE, 1986, apud SAVIANI, 2009, p. 143).

Mas, segundo Saviani (2009), apenas no século XIX, após a Revolução Francesa começou-se a discutir instituições para a formação de professores, criando-se as primeiras Escolas Normais no ano de 1795 em Paris, sendo que Napoleão instituiu em 1802, na Itália a Escola Normal de Pisa, ambas eram destinadas à formação de professores para o ensino secundário. Países como Alemanha, Inglaterra e Estados Unidos também instalaram ao longo do século XIX, suas Escolas Normais.

No Brasil, a preocupação com a preparação de professores surge apenas após a Independência, podendo, segundo Saviani (2009), serem destacados os seguintes períodos na história da formação de professores no Brasil, nos últimos dois séculos

1. Ensaio intermitentes de formação de professores (1827-1890). Esse período se inicia como o dispositivo da Lei das Escolas de Primeiras Letras, que obrigava os professores a se instruir no método do ensino mútuo, às próprias expensas; estende-se até 1890, quando prevalece o modelo das Escolas Normais.

2. Estabelecimento e expansão do padrão das Escolas Normais (1890-1932), cujo marco inicial é a reforma paulista da Escola Normal tendo como anexo a escola-modelo.

3. Organização dos Institutos de Educação (1932-1939), cujos marcos são as reformas de Anísio Teixeira no Distrito Federal, em 1932, e de Fernando de Azevedo em São Paulo, em 1933.

4. Organização e implantação dos Cursos de Pedagogia e de Licenciatura e consolidação do modelo das Escolas Normais (1939-1971).

5. Substituição da Escola Normal pela Habilitação Específica de Magistério (1971-1996).

6. Advento dos Institutos Superiores de Educação, Escolas Normais Superiores e o novo perfil do Curso de Pedagogia (1996-2006) (Ibid, p. 143-144).

As várias mudanças pelas quais passou o processo de formação docente revelam uma descontinuidade, mas sem rupturas. Segundo Saviani, “a questão pedagógica, de início ausente, vai penetrando lentamente até ocupar posição central nos ensaios de reformas da década de 1930” (Ibid, p. 146), porém até os dias atuais ela não tem conseguido ser satisfatória, havendo uma precariedade na formação docente, que não consegue dar conta dos problemas da educação de nosso país.

A formação não é o único fator que interfere na forma de atuação do professor em sala de aula, pois questões como: salários, jornada de trabalho, entre outros que também dificultam a formação dos professores, interferem na sua forma de atuação, o que se confirma pela fala que segue:

Ao encerrar esse trabalho não posso me furtar de chamar a atenção para o fato de que a questão da formação de professores não pode ser dissociada do problema das condições de trabalho que envolvem a carreira docente, em cujo âmbito devem ser equacionadas as questões do salário e da jornada de trabalho. Com efeito, as condições precárias de trabalho não apenas neutralizam a ação dos professores, mesmo que fossem bem formados. Tais condições dificultam também uma boa formação, pois operam como fator de desestímulo à procura pelos cursos de formação docente e à dedicação aos estudos (Ibid, p. 153).

Para que problemas como os ressaltados acima sejam superados há a necessidade de maiores investimentos financeiros em educação, pois, “[...] as políticas predominantes se pautam pela busca da redução de custos, cortando investimentos” (Ibid, p. 153), não há como vencer esses desafios sem eleger a educação como prioridade máxima.

Nas palavras de Azevedo et al. (2012) a formação de professores nos últimos anos tornou-se um tema central nas discussões acadêmicas brasileiras, apontando mudanças significativas nas exigências de formação e no papel do professor, porém, não houveram mudanças significativas na formação desses profissionais. O que acaba por formar professores que não estão preparados para enfrentar os problemas que a educação de nosso país apresenta, devido à precariedade de sua formação, o que se confirma pela fala de Saviani:

Ao fim e ao cabo, o que se revela permanente é a precariedade das políticas formativas, cujas sucessivas mudanças não lograram estabelecer um padrão minimamente consistente de preparação docente para fazer face aos problemas enfrentados pela educação escolar em nosso país (2011, p. 10).

Esta precariedade na formação está vinculada principalmente a questão da redução de gastos, sendo que se pretende investir pouco e ter grandes resultados, o que acaba gerando, segundo Saviani, “um professor técnico e não um professor culto” (Ibid, p. 13).

Ora, o professor técnico é entendido como aquele que é capaz de entrar numa sala de aula e, aplicando regras relativas à conduta e aos conhecimentos a serem transmitidos, seja capaz de se desempenhar a contento diante dos alunos. Diversamente, o professor culto é aquele que domina os fundamentos científicos e filosóficos que lhe permitem compreender o desenvolvimento da humanidade e, a partir daí, realiza um trabalho profundo de formação dos alunos a ele confiados (Ibid, p. 13).

Segundo Saviani (2011), a formação de professores no Brasil enfrenta alguns desafios como: fragmentação e dispersão das iniciativas, descontinuidade das políticas educacionais, jornada de trabalho precária e baixos salários, entre outros que precisam ser enfrentados. Sendo que boa formação constitui-se em trabalho docente satisfatório, enquanto que formação precária gera um trabalho insatisfatório. As condições de trabalho das escolas nas quais os professores irão atuar também influenciam a formação, pois se o funcionamento é precário, os estágios e todas as práticas educacionais se precarizarão.

[...] se as condições de trabalho são precárias, isto é, se o ensino se realiza em situação difícil e com remuneração pouco compensadora, os jovens não terão estímulo para investir tempo e recursos numa formação mais exigente e de longa duração. Em consequência, os cursos de formação de professores terão de trabalhar com alunos desestimulados e pouco empenhados, o que se refletirá negativamente em seu desempenho (Ibid, p.17).

De nada adianta exaltar que a educação é a ferramenta mais importante para o crescimento de um país, se ao invés de se investir maciçamente nela, se busca corte de gastos. “Trata-se, pois, de eleger a educação como máxima prioridade, definindo-a como o eixo de um projeto de desenvolvimento nacional e, em consequência, carrear para ela todos os recursos disponíveis” (Ibid, p.17). Buscando assim uma formação de qualidade para os professores, salários dignos e condições de trabalho adequadas.

3.2 FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA A DIVERSIDADE CULTURAL

Quando pensamos na formação sociocultural de nosso país, percebemos que somos fruto de uma mistura cultural muito forte, “[...] característica marcante de nossa cultura é a riqueza de sua diversidade, resultado de nosso processo histórico-social e das dimensões continentais de nossa territorialidade” (FERNANDES, 2005, p. 379). “A nossa formação histórica está marcada pela eliminação física do “outro” ou por sua escravização, que também é uma forma violenta de negação de sua alteridade” (CANDAUI, 2011, p. 17). Mas não houveram apenas ações voltadas à eliminação física do “outro”, mas também de suas identidades, através de uma educação e de uma cultura hegemônicas.

Frente às sociedades multiculturais nas quais vivemos, fazem-se necessárias profundas mudanças no modo como está se concebendo a educação, mudanças essas que nos farão sair de uma educação padronizadora, homogeneizadora e monocultural, baseada numa visão tradicional de ensino, para que uma educação que respeite as individualidades de sua clientela em busca de uma formação mais significativa e humanizadora, se faça cada vez mais presente nas escolas. “Parto da afirmação de que não há educação que não esteja imersa nos processos culturais do contexto em que se situa” (Ibid, p. 13).

Um passo inicial para que as escolas passem a trabalhar dentro de uma lógica de respeito à diversidade cultural é sair da zona de conforto e reconhecer que

existe dentro das escolas uma realidade multicultural, com a qual ainda não se sabe muito bem como lidar, mas deve-se reconhecer estas dificuldades e buscar superá-las e não negar a existência dessas diferenças.

Candau acrescenta que:

A escola sempre teve dificuldade em lidar com a pluralidade e a diferença. Tende a silenciá-las. Sente-se mais confortável com a homogeneização e a padronização. No entanto, abrir espaços para a diversidade, a diferença e para o cruzamento de culturas constitui o grande desafio que está chamada a enfrentar (MOREIRA; CANDAU apud CANDAU, 2011, p. 16).

Diante do exposto, os profissionais da educação não podem fechar os olhos para esta realidade cada vez mais presente. Desde 1997, o Ministério da Educação incorporou o tema pluralidade cultural aos temas transversais, dos Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1997), como comentado acima. Conquista essa originada de diversas lutas sociais travadas por grupos sociais que tiveram historicamente suas identidades discriminadas ou excluídas na educação nacional.

Apesar da temática da diversidade cultural nas escolas, ter sido apoiada pelo governo federal e as instituições de ensino “estarem” trabalhando esse tema, existe uma dificuldade de como trabalhar essa temática e certa resistência por parte de alguns profissionais que possuem suas práticas impregnadas por uma cultura homogeneizadora e tradicional de ensino. “Trata-se de dilatar nossa capacidade de assumi-las e trabalhá-las” (CANDAU, 2011, p. 25).

O que o sistema de ensino brasileiro, em sua maioria, vem há muitos anos adotando como referência é um método de ensino que busca homogeneizar, padronizar e silenciar as diversas manifestações culturais e identitárias de seus educandos. Demonstrando nossa incapacidade de incluir e trabalhar, no dia a dia escolar a cultural de grupos sociais historicamente excluídos e silenciados, fato que é reforçado pela fala do pesquisador Denys Cuche, a saber: “a ideologia nacionalista é uma ideologia de exclusão das diferenças culturais” (CUCHE apud SILVA, 2014, p. 03).

Atualmente, vários movimentos sociais vêm se mobilizando para que sua cultura historicamente excluída seja incorporada à história oficial, cujas memórias são selecionadas pelo Estado Nacional. Esses grupos tiveram suas memórias e identidades enquadradas, tal como um “enquadramento da memória” (POLLAK, 1989), e hoje buscam o reconhecimento de suas “memórias subterrâneas”, almejam

que a cultura de seu povo seja valorizada e reconhecida socialmente, tal como a “memória nacional”.

A criança não pode ter sua educação vista como responsabilidade da escola apenas, sendo que esta contribui com uma pequena parcela da educação, visto que ao chegar à instituição o educando já traz consigo uma grande bagagem cultural a ser considerada.

E a criança não cai de paraquedas na escola. A criança que chega à escola já tem todo um percurso de construção cultural que lhe dá um entendimento para a vida e uma epistemologia com a qual se senta como aluno nas cadeiras da escola (ITURRA apud VIEIRA, 2013, p. 111).

Segundo Vieira (2013), para que os professores consigam transformar suas aulas de modo significativo, que passe a valorizar e agregar essa diversidade cultural da escola em suas aulas, uma estratégia possível é a transformação do professor em um pesquisador, que se utiliza do método etnográfico para compreender o mundo do aluno, o contexto em que se encontra inserido e constrói sua identidade. Usando as palavras de Clifford Geertz, Vieira (2013) explica muito bem como realizar tal metodologia:

Para descobrir quem as pessoas pensam que são, o que pensam que estão fazendo e com que finalidade pensam que estão fazendo, é necessário adquirir uma familiaridade operacional com os conjuntos de significado no meio dos quais elas levam as suas vidas. Isso [...] Requer aprender como viver com eles, sendo de outro lugar e tendo um mundo próprio diferente (GEERTZ apud VIEIRA, 2013, p. 113).

A interculturalidade está sempre presente nas salas de aula, seja nas relações entre os alunos que possuem diferentes vivências pessoais ou pelas formas como estes se expressam e pensam, influenciadas pelos modos de vida que levam. Segundo Vieira (2013), tudo isso está associado num “processo de interculturalidade” e cabe ao professor o papel de “mediador intercultural”, ajudando assim os educandos na construção de suas identidades e a assumirem suas diferenças.

Como nos deixou bem claro Saint-Exupery, “Sou um pouco de todos que conheci, um pouco dos lugares que fui, um pouco das saudades que deixei e sou muito das coisas que gostei [...]”. Mas, por vezes, num mundo que continua a pensar, a ver e a avaliar em preto e branco, de acordo com lógicas binárias e monistas, não é fácil que cada um de nós assuma a multiculturalidade em si, a mestiçagem de si (apud VIEIRA, 2013, p. 119).

Portanto, se o professor não possui esta capacidade de reconhecimento de sua identidade multicultural, de conhecer a si próprio e de reconhecimento dessa realidade nos alunos, buscando superar a monoculturalidade de sua prática, para assim poder trabalhar a multiculturalidade, deve buscar formas de desenvolvê-las através de cursos de formação, seja inicial ou continuada. Deve buscar superar o etnocentrismo que tende a ver apenas seu modo de vida como norteador de sua prática.

Os professores precisam de ter um sentido muito claro da sua própria identidade étnica e cultural, para poderem compreender a dos seus alunos e respectivas famílias (ZEICHNER, 1993, p. 89-90) e precisam melhorar os seus conhecimentos e atitudes em relação às diferentes características socioculturais dos seus alunos. Se não têm competências interculturais, há que procurar vias de as desenvolver [...] (VIEIRA, 2013, p. 119).

Vieira (2013) propõe como uma alternativa de formação continuada para a diversidade cultural, uma formação baseada na reflexão e investigação da história de vida dos alunos e dos próprios professores em busca de mudanças nas suas práticas. Utilizando-se também de comparações com as práticas de outras escolas ou locais para perceber-se o horizonte de possibilidades existentes.

À medida que se aprende mais acerca do mundo exterior, vai-se aprendendo mais acerca de nós mesmos. Preparar para educar na e para a diversidade implica o conhecimento e a (re)descoberta de si e do diálogo da própria multiculturalidade no eu pessoal e profissional (Ibid, p. 121).

Historicamente, as instituições sociais privilegiaram o sentimento de unidade nacional, se contrapondo ao de diversidade existente, buscaram homogeneizar e padronizar referenciais culturais comuns a todos em busca de um nacionalismo baseado no monoculturalismo. Nos últimos anos, essa visão tem se modificado, influenciada pelas reivindicações de diversos movimentos sociais que representam os grupos minoritários e historicamente excluídos.

[...] hoje, estas posições parecem deslocar-se para sentidos multi-identitários e democráticos, uma vez que afirmam, no plano de suas narrativas institucionais, capacidade de incluir atores e grupos historicamente ausentes ou silenciados das/nas ações estatais (SILVA, 2014, p. 02).

Mas para que esses grupos historicamente excluídos possam ser incluídos assim como suas culturas respeitadas e acolhidas nas escolas, há a necessidade de uma profunda mudança no sistema de ensino brasileiro, mudança essa que acarretará transformações na formação de professores, para que esses profissionais passem a atuar de forma verdadeiramente multicultural, deixando de lado o etnocentrismo.

3.3 DIVERSIDADE CULTURAL: DESAFIOS PARA A PRÁTICA PEDAGÓGICA

Trabalhar com o multiculturalismo nas escolas gera aos educadores diversos desafios, para os quais eles muitas vezes não se encontram preparados. “Cabe ao/à educador/a atuar com o propósito de construir unidade social em sociedades marcadas por diferenças e desigualdades” (CANDAU; MOREIRA, 2011, p. 10). Sendo necessária uma maior atenção com relação a esse tema e desafios dele decorrentes, nos cursos de formação de profissionais da educação, tanto na inicial como na continuada.

Para facilitar essa aceitação e respeito ao multiculturalismo tanto por parte dos educadores, como dos educandos, se faz necessária a criação de uma consciência coletiva dos processos e cruzamentos pelos quais passou a formação de nosso povo e a nossa própria formação identitária, pois só assim conseguiremos nos despir de nossos preconceitos, sermos sensíveis e valorizarmos as particularidades de cada pessoa. Segundo Candau (2011), são vários os fatores que têm dificultado que os profissionais da educação trabalhem de forma intercultural nas escolas, entre eles destacam-se: falta de uma formação que os prepare para lidar com esta realidade; uma supervalorização de um grupo padrão; a tendência a naturalizar a questão multicultural, levando a um silenciamento das diferenças. Além do exposto, muitos acreditam não ser função da escola trabalhar esta questão.

Assim, evidenciam-se quantos desafios a enfrentar para um rompimento com esse etnocentrismo, buscando superar essa realidade histórica de exclusões e

discriminações, através da superação de práticas que busquem neutralizar as diferenças.

Questões como a diversidade cultural são temas que os educadores são desafiados a trabalhar na escola, buscando desconstruir uma visão do outro carregada de estereótipos. Como nos diz Skliar e Duschatzky (2000): “*o outro como fonte de todo o mal, [...] o outro como alguém a tolerar*” (apud CANDAU, 2011, p. 29, grifo do autor).

Gerando uma visão pejorativa, de um lado estão os bons, aceitos socialmente e pertencentes a cultura dominante e do outro estão os maus (incultos), que não possuem vez e voz na sociedade atual, estes que devem ser superados e eliminados pelos primeiros.

A escola atual dá maior importância aos conhecimentos da cultura hegemônica, os quais já vêm sendo transmitidos há anos. Isso gera certa segurança aos educadores, deixando de lado a cultura que os alunos trazem, os contextos onde se encontram inseridos, sendo esses conhecimentos culturais trazidos de fora da escola fruto de constantes reconstruções, mudanças e adaptações, como nos diz Vieira (2013): uma “constante bricolagem” (usando-se do termo “bricolage” do célebre Claude Lévi-Strauss).

Essa realidade de falta de reconhecimento, por parte da escola e dos educadores, das culturas que não fazem parte da cultura dominante, tradicionalmente transmitida pela escola, leva a diagnosticar a necessidade de uma transformação nos cursos de formação de professores. “Por isso defendo a ideia da construção de professores capazes de agir interculturalmente e de construir pedagogias interculturais” (VIEIRA 2011 apud VIEIRA 2013, p. 100). Cada vez mais essa realidade vem sendo defendida por movimentos sociais que estão em busca de conquistar seu espaço que há muito vem sendo negado.

Qualquer grupo social tem necessidade de transmitir conhecimento e saberes de modo a garantir a continuidade da sua cultura e promover a reprodução social (ITURRA, 1996, apud. VIEIRA, 2013, p. 111). Para tal, é preciso criar mecanismos que permitam essa reprodução. (Re)produção de conhecimentos e (re)produção de identidades (VIEIRA, 2011, apud. 2013, p. 111). O sistema educativo surge, nas sociedades ocidentais, com esse propósito. Mas o facto de se verificar que a cultura hegemónica destas sociedades dá maior importância ao conhecimento transmitido pelas escolas do que o conhecimento transmitido e (re)apreendido noutros contextos culturais não significa que estes últimos não devam ser, também, estudados para compreendermos a construção das pessoas que vivem, cada vez mais, entre diversos mundos culturais que permeiam as próprias culturas pessoais, reconstruídas numa constante bricolagem identitária (VIEIRA, 2013, p. 111).

Usando as ideias de Bourdieu (1998), para algumas crianças a escola significa uma continuidade da cultura que estão acostumadas, para outras a entrada na escola apresenta uma ruptura com sua cultura, sendo esta inserção na instituição de ensino um processo doloroso. Partindo dessa lógica, a escola seria uma reprodutora das desigualdades sociais.

No contexto escolar, é importante proporcionar momentos que permitam desconstruir a visão estereotipada do outro, para que essa relação deixe de ser permeada por conflitos, como nos diz Candau: “O/a educador/a tem um papel de mediador na construção de relações interculturais positivas [...]” (2011, p. 31). Sendo necessário reconhecer e enfrentar esses conflitos e não fechar os olhos para eles como se não estivessem acontecendo.

3.4 CONTRIBUIÇÕES DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA O RESPEITO À DIVERSIDADE CULTURAL

O ambiente escolar é permeado por uma rica diversidade cultural, surgindo assim a necessidade de uma educação consciente, que respeite às diferenças e se ajuste a essa realidade. Para tanto, faz-se necessário uma formação docente voltada para o respeito a essa diversidade presente na sala de aula, mas para que o professor torne-se capaz de trabalhar de modo a valorizar essa diversidade é necessário trabalhar a formação da identidade, para que se perceba como um ser social em construção e não um disseminador de preconceitos, deixando assim, de lado o etnocentrismo. Significa “dar voz àqueles (grupos) silenciados nas histórias oficiais, de dialogar com suas culturas, de construir uma cidadania multicultural crítica” (CANEN, MOREIRA, 1999 apud, XAVIER, 2011, p. 20).

Ao reconhecer nossas sociedades como multiculturais e as identidades como formadas por processos de hibridização e instáveis, passa-se ao questionamento de porque a educação brasileira não vem abarcando essa realidade em suas práticas. Talvez por que a formação inicial não tenha dado conta disso, sendo necessário uma formação continuada para sanar estas lacunas deixadas.

[...] a falta de uma formação inicial que se articule com as reais necessidades formativas dos docentes (teórica, prática e política) e que forneça elementos que permitam refletir e enfrentar os grandes desafios da educação escolar (dentre eles, o trato com a diversidade cultural e as diferenças no espaço escolar) tem se mostrado como um aspecto preocupante e urgente. Ao mesmo tempo, a rapidez com que as transformações (tecnológicas, sociais, culturais, etc.) vêm ocorrendo nas sociedades contemporâneas tende a criar novas demandas no campo educacional, que exigem dos profissionais da educação a permanente atualização de seus conhecimentos e práticas. Nesse sentido, a formação continuada tende a se constituir como um campo propício para ações e reflexões sobre a prática pedagógica a ser desenvolvida nas escolas (XAVIER, 2011, p. 22).

Sendo necessário que esta formação continuada dê conta de satisfazer as necessidades de uma formação baseada na realidade de seus alunos, buscando superar a visão de escola monocultural existente e refletindo assim sobre suas práticas e o impacto das mesmas no ambiente escolar, contribuindo para a formação de uma identidade docente multicultural. “Na verdade, torna-se cada vez mais urgente, que estes profissionais encontrem-se preparados para lidar com uma realidade que é heterogênea, dinâmica, instável, cheia de tensões e contradições” (GABRIEL, 2008; CANDAU, 2005 apud, XAVIER 2011, p. 27).

4 ANÁLISE DE PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS SOBRE A DIVERSIDADE CULTURAL NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES

A questão da diversidade cultural tem sido alvo de inúmeros estudos nos últimos anos no cenário educacional, devido ao fato de que as preocupações e dúvidas de como fazer uma educação que perceba as diferenças, as respeite e as acolha vem crescendo entre os profissionais da educação. Questionamentos como qual a melhor forma de trabalhar com esse multiculturalismo, acolhendo as particularidades de todos, estão cada vez mais presentes. Diante da ideia de uma multiplicidade de fatores que interferem neste tema, fica a dúvida sobre como trabalhar a formação de professores, tanto a inicial como a continuada de modo a sanar essas dificuldades.

Buscar-se-á analisar como a temática da diversidade cultural tem sido incorporada aos processos de formação de professores no Brasil, a partir de uma revisão de literatura. O interesse reside em diagnosticar os modos pelos quais o reconhecimento da diversidade cultural desafia os processos de formação docente, tendo como objetivo investigar e analisar como vem sendo trabalhada a temática da diversidade cultural na formação de professores, os desafios e barreiras encontradas nesse processo, através da análise de periódicos.

Através da análise desses periódicos, buscar-se-á diagnosticar como a formação de profissionais da educação para a diversidade cultural tem sido tratada nestas publicações e, com isso, analisar suas contribuições para a transformação das aprendizagens realizadas na escola, de modo significativo.

4.1 ANÁLISE

A pesquisa tem um enfoque metodológico qualitativo, com contribuição de metodologia de pesquisa quantitativa. Quanto aos objetivos é uma pesquisa com base em revisão de literatura, que visará: identificar, selecionar e analisar, nos periódicos em estudo, publicações voltadas à formação de profissionais da educação para a diversidade cultural, verificando de que forma vem sendo trabalhada, bem como a intensidade dos estudos e pesquisas desenvolvidos sobre a temática na atualidade, visando compreender a importância da formação de educadores para a diversidade cultural.

A pesquisa buscará realizar uma revisão de literatura, diagnosticando as produções científicas publicadas nos últimos cinco anos, de 2009 a 2013, na área de educação com enfoque na formação de professores e na diversidade cultural. Para tal, selecionou-se os seguintes periódicos: Revista Brasileira de Educação, Revista Educação & Sociedade e Revista Educação & Realidade, a escolha teve como critério a qualidade desses periódicos.

A pesquisa será desenvolvida através de revisão de literatura e análise de periódicos, para tanto foram elencadas algumas categorias que nortearão a seleção dos periódicos, as quais serão as unidades de estudo a serem analisadas.

4.2 MÉTODO

O trabalho foi desenvolvido em quatro etapas básicas que visam:

- 1ª etapa: estudo do referencial teórico sobre formação de professores inicial e continuada voltada para a diversidade cultural.

- 2ª etapa: Revisão de literatura, periódicos produzidos sobre o tema e seleção para análise. Levantamento quantitativo das produções, organizando as informações na forma de tabelas e gráficos.

- 3ª etapa: Análise de conteúdo dos artigos selecionados. Nesta etapa, faremos uma análise textual rigorosa e criteriosa das informações envolvidas na pesquisa. Para tanto foram elencadas algumas categorias analíticas como: multiculturalismo, identidade, diversidade cultural, intercultural, diferença, formação de professores, formação docente, formação para a docência, bem como suas variantes, categorias as quais se constituem em unidades de estudo, que serão analisadas ao longo desta pesquisa.

- 4ª etapa: Elaboração do trabalho apresentando as contribuições da pesquisa frente ao tema desenvolvido.

4.2.1 Material

A fim de traçar um panorama das produções científicas sobre a temática, três revistas eletrônicas de publicações periódicas foram consultadas, Revista Brasileira de Educação, Revista Educação & Sociedade e Revista Educação & Realidade, a escolha teve como critério a qualidade desses periódicos, sendo que os três

possuem conceito A1 no Qualis da Capes, além de serem periódicos tradicionais em Sociologia da Educação.

Todas as buscas foram limitadas aos últimos cinco anos (período de 2009 a 2013) e feitas a partir das palavras-chave multiculturalismo, identidade, diversidade cultural, intercultural, diferença, formação de professores, formação docente, formação para a docência e da combinação entre elas.

4.2.2 Procedimento

Após esse levantamento inicial dos trabalhos sobre diversidade cultural e formação de professores disponíveis nas revistas selecionadas, um refinamento da busca foi realizado com o objetivo de identificar aquelas publicações que efetivamente relacionavam-se à investigação. Cada um dos resumos foi lido, sendo excluídos aqueles que não se relacionavam diretamente à temática. Assim, dos 97 trabalhos identificados nas revistas: Revista Brasileira de Educação, Revista Educação & Sociedade e Revista Educação & Realidade, 9 foram selecionados para serem analisados e categorizados, separadamente em cada revista, de maneira geral e em relação ao ano de publicação.

4.3 ANALISANDO AS PRODUÇÕES CIENTÍFICAS NOS PERIÓDICOS SELECIONADOS

A relevância do estudo dá-se na medida em que problematiza a falta de reconhecimento, valorização e aceitação da diversidade cultural na sociedade atual, gerando assim exclusões. Apresenta possíveis estratégias para mudanças no cenário que se apresenta, na produção de conhecimento com esperança de resultados positivos que colaborem na formação de professores para a diversidade cultural.

4.3.1 Levantamento das publicações em periódicos: alguns números

A pesquisa foi desenvolvida através de revisão de literatura e análise de periódicos, para tanto foram levantados alguns números a partir das categorias

elencadas que nortearam a seleção dos artigos, os quais formam as unidades de estudo a serem analisadas. Foram, pois, analisados três periódicos, a saber:

- Revista Brasileira de Educação:

A Revista Brasileira de Educação (RBE), publicação trimestral da ANPEd, circula no meio acadêmico desde 1995. A RBE publica artigos inéditos que abordem temas associados à área da educação, resultantes prioritariamente de pesquisas. Excepcionalmente são publicadas traduções de artigos estrangeiros editados anteriormente em livros ou periódicos que tenham circulação restrita no Brasil. São publicados também documentos, resenhas e notas de leitura, assim como entrevistas com personalidades de destaque nacional e internacional. Na seção Documentos, são divulgados textos coletivos elaborados pela ANPEd ou por associações afins, bem como documentos recentes (leis, pareceres, normalizações), oriundos de órgãos governamentais e que tratem de questões de interesse da área educacional. Ensaio teóricos que expressam posicionamentos sobre temas polêmicos e atuais são publicados na seção Espaço Aberto.²

- Revista Educação & Sociedade:

A Revista Educação & Sociedade é um dos mais importantes periódicos hoje editados na área da Educação no país. Editada desde 1978, a Revista é publicada quadrimestralmente. Um número especial temático tem sido organizado a cada ano, desde 1995, transformando a Revista em uma publicação trimestral. Ideada como instrumento de incentivo a pesquisa acadêmica e debate amplo sobre o ensino, nos seus diversos prismas, ela atinge, após anos de publicação ininterrupta, um grande acúmulo de análises, informações, debates, fontes teóricas, relatos de experiências pedagógicas, entre outros, de grande interesse a cientistas e educadores que atuam nas ciências humanas e outros campos do saber.³

- Revista Educação & Realidade:

Periódico da área de Educação que reúne artigos de diferentes aportes teóricos com temas ligados a vários campos do conhecimento, em sintonia com os debates que acontecem no meio acadêmico nacional e internacional. Classificada como revista A1 pelo Qualis-Capes. Em 2013, passou a ter quatro números por ano e foi indexada no Scielo. Educação & Realidade é publicada ininterruptamente desde 1976. É importante destacar a visão que os professores da Faculdade de Educação tiveram ao criarem uma revista científica de educação, já nos primeiros anos da instituição. Nesses muitos anos de vida, Educação & Realidade tem contribuído, de maneira central, para a divulgação da produção de conhecimento científico, filosófico e artístico na área da educação. Mais do que simplesmente espelhar a produção do campo educacional brasileiro – o que já seria um grande mérito – Educação & Realidade sempre procurou incentivar o debate acadêmico que produz novo conhecimento na nossa área e ampliar as fronteiras do pensamento e da prática em educação.⁴

² (<http://www.anped.org.br/rbe/sobre-a-rbe>)

³ (http://www.cedes.unicamp.br/rev_apresentacao.htm)

⁴ (http://www.ufrgs.br/edu_realidade/)

Na Revista Educação & Sociedade, foram analisados um total de 292 artigos publicados no período de 2009 a 2013, sendo destes 32 relacionados aos temas formação de professores e diversidade cultural, havendo uma maior concentração de artigos no tema formação de professores, 19 publicações, 13 sobre o tema diversidade cultural e nenhum artigo concentrou os dois temas (formação de professores e diversidade cultural). Estes dados podem ser melhor observados na tabela abaixo:

Tabela 1 - Publicações periódicas da Revista Educação & Sociedade

Assunto	2009	2010	2011	2012	2013	Total
Formação de professores	4	9	3	2	1	19
Diversidade cultural	1	2	3	7	0	13
Formação de professores para a diversidade cultural	0	0	0	0	0	0
Total de publicações	52	59	57	56	68	292

Fonte: Elaborada pelo autor

Na Revista Brasileira de Educação, foram analisados um total de 230 artigos publicados no período de 2009 a 2013, sendo destes 31 relacionados aos temas formação de professores e diversidade cultural, havendo uma maior concentração de artigos no tema formação de professores, 19 publicações, 10 sobre o tema diversidade cultural e dois artigos concentraram os dois temas (formação de professores e diversidade cultural), dados que podem ser melhor observados na tabela abaixo:

Tabela 2 - Publicações periódicas da Revista Brasileira de Educação

Assunto	2009	2010	2011	2012	2013	Total
Formação de professores	2	2	3	4	8	19
Diversidade cultural	2	3	4	0	1	10
Formação de professores para a diversidade cultural	0	0	1	1	0	2
Total de publicações	44	49	40	42	55	230

Fonte: Elaborada pelo autor

Na Revista Educação & Realidade, foram analisados um total de 199 artigos publicados no período de 2009 a 2013, sendo destes 34 relacionados aos temas formação de professores e diversidade cultural, havendo uma maior concentração de artigos no tema diversidade cultural, 19 publicações, 10 sobre o tema formação de professores e apenas um artigo concentrou os dois temas (formação de professores e diversidade cultural), dados que podem ser constatados na tabela abaixo:

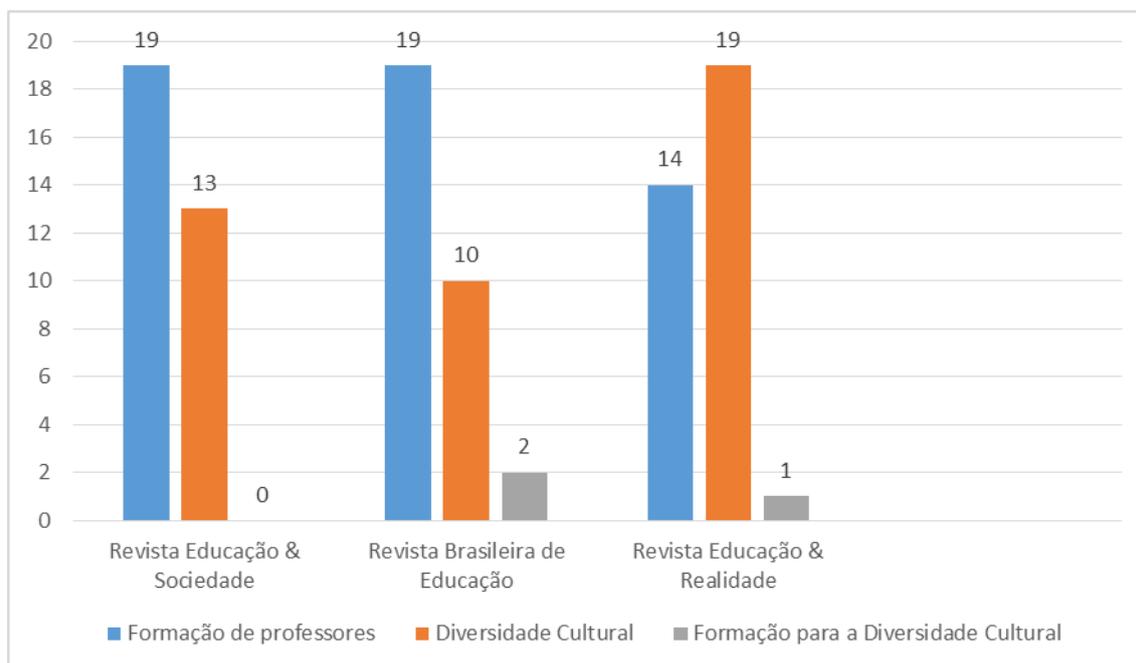
Tabela 3 - Publicações periódicas da Revista Educação & Realidade

Assunto	2009	2010	2011	2012	2013	Total
Formação de professores	1	2	3	6	2	14
Diversidade cultural	1	1	5	5	7	19
Formação de professores para a diversidade cultural	0	0	0	0	1	1
Total de publicações	43	47	45	47	64	199

Fonte: Elaborada pelo autor

Ao analisar e comparar os três periódicos percebe-se uma maior preocupação da Revista Educação & Sociedade e da Revista Brasileira de Educação na discussão do tema formação de professores, fato que se altera na Revista Educação & Realidade, na qual há uma maior concentração na publicação de artigos debatendo o tema diversidade cultural. Na Revista Brasileira de Educação, há uma maior discussão envolvendo os dois temas, como pode-se observar pelo gráfico abaixo:

Gráfico 1 – Comparação das produções científicas dos três periódicos



Fonte: Elaborado pelo autor

Ao analisar os dados do gráfico, percebe-se que o tema formação de professores para a diversidade cultural, tem sido um campo pouco explorado nos periódicos analisados, mesmo considerando sua importância para a educação brasileira. Esse argumento reforça a necessidade de estudos sobre a temática.

4.3.2 Aspectos Qualitativos

Esta análise se propõe a diagnosticar como vem sendo tratada a formação de professores e a diversidade cultural, bem como a formação de professores para a diversidade cultural nas produções científicas dos três periódicos em estudo, durante os anos de 2009 – 2013, com vistas a destacar as tendências que vem sendo desenvolvidas pelos autores, bem como as dificuldades encontradas e as respostas alcançadas.

a) Diversidade cultural

Ao investigar os três periódicos, foram selecionados alguns artigos para serem analisados. Na Revista Brasileira de Educação foi selecionado o artigo: Ensinando sobre a diferença na literatura para crianças: paratextos, discurso

científico e discurso multicultural (SILVEIRA; BONIN; RIPOLL, 2010). Este artigo ressalta a utilização da literatura para crianças com a intenção de formar, informa, ensinar e conformar, sendo que os valores trabalhados por estas literaturas mudaram bastante. Segundo Ferreira (2006), até os anos 1960, valores referente a pátria, família, respeito aos mais velhos eram apresentados, após a renovação da literatura para crianças outros valores foram incorporados, como ressalta o fragmento que segue:

[...] mais recentemente, apoiados nas orientações educacionais em nível nacional (Parâmetros Curriculares Nacionais, 1998), alguns livros infantis foram produzidos enfatizando valores como: aceitação à pluralidade cultural, respeito à sexualidade, defesa pelo equilíbrio do ecossistema (FERREIRA, 2006, apud SILVEIRA; BONIN; RIPOLL, 2010, p. 99).

As autoras irão analisar paratextos sob a ótica da diversidade e das diferenças, pois essa temática adquiriu grande visibilidade nos últimos tempos, relacionando-se a discursos multiculturais pós-coloniais, devido aos impactos sociais causados por movimentos sociais que reivindicam os direitos de grupos historicamente oprimidos.

A rede do consumo tem utilizado a questão da diferença (grupos minoritários) com a intenção de comercialização. “Nesse sentido, não se trata apenas de transformar a diferença em mercadoria, mas de potencializá-la, de torná-la espetáculo, de conferir-lhe certo sentido sedutor, de convertê-la em algo novo, desejável, celebrativo” (SILVEIRA; BONIN; RIPOLL, 2010, p. 100).

Constatam que a questão da diferença, como tema de interesse contemporâneo tem invadido a literatura infantil. Portanto, irão analisar de que forma ensinam e buscam influenciar condutas e atitudes, através da análise dos paratextos de 19 livros de literatura infantil que abordam o tema diferença, com base nos discursos multiculturalista e científico.

Na análise de Bauman (2000), a perspectiva multicultural colabora para a naturalização das relações de força implicadas na produção das diferenças no momento em que considera que ser igual ou ser diferente é da ordem natural das coisas, pois assim também ocorreria com plantas e com (outros) animais (apud SILVEIRA; BONIN; RIPOLL, 2010, p. 101).

Há certa preferência pelo gênero da utilização de animais como personagens para trabalhar a questão da diferença com aprendizagens e ensinamentos, pois elas

estão presentes no nosso dia a dia e muitas vezes nem percebemos. Sendo que os discursos multiculturalistas produzem uma positivação da diferença. Segundo as autoras, vários paratextos usam de um discurso científico, usando probabilidade, estatísticas e explicações sobre as diferenças, buscando promover o acesso à informação, sobre temas como obesidade, alimentação saudável, problemas de saúde ou transtornos como o transtorno de déficit de atenção com hiperatividade (TDAH). Concluem que os paratextos, ora destinados a adultos e ora a crianças, constituem-se em um meio sedutor que determina a escolha de determinado livro sobre diferenças, além de servirem para ensinar sobre elas, quem e como são os diferentes que estão presentes em nosso dia a dia e para tal utiliza-se de discursos científicos e multiculturalistas.

Na Revista Educação & Sociedade foi selecionado o artigo: “Diferenças culturais, interculturalidade e educação em direitos humanos”, de Vera Candau (2012). Nesta abordagem, a autora ressalta que as questões relativas às diferenças culturais vêm se multiplicando, devido à mobilização de movimentos sociais “que denunciam injustiças, desigualdades e discriminações, reivindicando igualdade de acesso a bens e serviços e reconhecimento político e cultural” (Ibid, p. 236). Ressalta igualmente que os professores estão cada vez mais conscientes desta realidade, porém ainda são inúmeras as situações em que os alunos são excluídos no cotidiano escolar, devido a suas marcas identitárias, demonstrando a urgência de trabalhar o reconhecimento e a valorização dessas diferenças no contexto escolar.

Citando a pesquisa “Preconceito e discriminação no ambiente escolar”, coordenada por José Afonso Mazzon, em 2009, Candau assinala que as escolas pesquisadas que possuíam maiores níveis de discriminação, possuíam as médias mais baixas na Prova Brasil, portanto a autora ressalta:

Esta realidade obriga a que, se quisermos potencializar os processos de aprendizagem escolar na perspectiva da garantia a todos/as do direito à educação, teremos de afirmar a urgência de se trabalhar as questões relativas ao reconhecimento e à valorização das diferenças culturais nos contextos escolares (Ibid, p. 237).

Fazendo-se necessário incorporar a perspectiva intercultural aos processos educativos. Portanto, a autora analisou os diferentes sentidos atribuídos pelos professores aos termos “igualdade” e “diferença”, apresentou a concepção de

educação intercultural e tornou evidente a inter-relação entre estas questões e a educação em direitos humanos.

Quanto ao termo “igualdade”, muitas respostas foram identificadas, como: a perspectiva da igualdade como homogeneização, o mesmo para todos os alunos e alunas. Nesta perspectiva monocultural, as diferenças são negadas e silenciadas, não se reconhecendo a diversidade cultural presente no dia a dia escolar. Com relação ao termo “diferença”, muitas respostas apresentaram estes considerados diferentes sobre diversos aspectos, como baixo rendimento, provenientes de famílias de risco, entre outros, como um problema para o professor. O professor teria que enfrentar, muitas vezes, sem saber como lidar. Em poucos relatos, a diferença esteve relacionada à diversidade ou identidades plurais a serem valorizadas. “De fato, a igualdade não está oposta à diferença, e sim à desigualdade, e diferença não se opõe à igualdade e sim à padronização, à produção em série, à uniformização” (Ibid, p. 239). Portanto o que se pretende é que não haja nem desigualdade, nem padronização, mas sim respeito aos direitos humanos.

(...) enquanto forem concebidos como direitos humanos universais em abstrato, os Direitos Humanos tenderão a operar como um localismo globalizado, e portanto como uma forma de globalização hegemônica. Para poderem operar como forma de cosmopolitismo insurgente, como globalização contra-hegemônica, os Direitos Humanos têm de ser reconceitualizados como interculturais. (SANTOS apud CANDAU, 2012, p. 240).

Neste contexto, o diálogo intercultural e a articulação entre igualdade e diferença são imprescindíveis para ressignificação dos direitos humanos, sendo para isso os processos educacionais muito importantes, baseados em uma educação intercultural.

[.] a interculturalidade supõe agora também abertura diante das diferenças étnicas, culturais e linguísticas, aceitação positiva da diversidade, respeito mútuo, busca de consenso e, ao mesmo tempo, reconhecimento e aceitação do dissenso, e na atualidade, construção de novos modos de relação social e maior democracia (QUIROZ apud CANDAU, 2012, p. 242).

A autora defende um multiculturalismo interativo, que se propõe assim como a perspectiva intercultural crítica também defendida pela mesma, a reconhecer e valorizar as diferenças culturais.

Concluiu enfatizando que os educadores estão desafiados a promover processos de desconstrução e desnaturalização dos preconceitos e discriminações dos contextos educacionais onde atuam, problematizando o caráter monocultural e etnocêntrico que estão presentes nas escolas, desafiando-os a reconhecer e valorizar as diferenças culturais e articular com o direito a educação de todos “[...] possibilitando assim que a igualdade se explicita nas diferenças que são assumidas como comum referência, rompendo dessa forma com o caráter monocultural da cultura escolar” (CANDAUI, 2012, p. 246). Tendo como um elemento importante o diálogo entre os diferentes grupos culturais.

Na Revista Educação & Realidade, foi selecionado o artigo “Professor: produtor e/ou tradutor de conhecimentos? Trabalhando no contexto do arco-íris sociocultural da sala de aula” (CORTESÃO, 2012).

Neste artigo, a autora discute que, em contextos multiculturais, se faz necessário que educadores revejam questões epistemológicas e metodológicas, para que o processo educativo seja significativo para os diferentes alunos.

Ressalta que em sala de aula o professor apenas desenvolve o papel de tradutor, transformando os conteúdos que outros produziram em algo acessível ao entendimento dos alunos, mas o professor tem todas as condições de ser um produtor de conhecimento.

Muitas vezes, a educação contribui para a estratificação social, pois “[...] a educação pode contribuir, mesmo sem o saber, para a manutenção da estratificação social” (Ibid, p. 723), gerando muitas vezes problemas como indisciplina, violência, desinteresse entre os alunos, por contribuir na construção de uma cultura nacional. Apesar da heterogeneidade do público escolar, as escolas não modificaram seus currículos e práticas suficientemente para se adaptar a essa realidade. “Continua a penalizar-se, assim, todos os que, à partida, não correspondem a este perfil considerado, pelos grupos dominantes, como sendo o desejável” (Ibid, 725).

Uma gestão flexível do currículo, buscando adequação a realidade escolar, tornará o processo educativo pertinente e significativo, para tal é preciso que os professores sejam sensíveis à diversidade socioeconômica e cultural com que trabalham, através de “*dispositivos de diferenciação pedagógica*” (Ibid, grifo do autor).

Por outras palavras poderá dizer-se que, para não massificar o ensino, se defende ser importante que escolas e professores: • não sejam daltónicos culturais: os daltónicos culturais são os professores que adoptam como hipótese de partida para o desenvolvimento do seu trabalho, que o arco-íris de culturas presente na sala de aula é, para eles, uma massa homogénea de alunos, homogénea quanto a saberes, valores, problemas, interesses (Ibid, 726-727).

Devendo o professor, portanto ter sua prática permeada por uma escuta sensível e que o ensino supere a visão etnocêntrica adquirindo sentido para a diversidade de alunos com os quais se trabalha, para que estes possam se sentir envolvidos na construção da aprendizagem.

b) Formação de professores

Ao analisar os três periódicos, foram selecionados alguns artigos para serem comentados. Na Revista Educação & Realidade, foi selecionado o artigo “O Trabalho de Professores/as em Um Espaço de Privação de Liberdade” (LAFFIN; NAKAYAMA, 2013). Neste artigo, as autoras apresentam, através de uma pesquisa, a necessidade de uma formação continuada para professores que trabalham na Escola Supletiva da Penitenciária, situada no Complexo Penitenciário do município de Florianópolis, com jovens e adultos em privação da liberdade e dos direitos civis.

Segundo as autoras, as taxas de encarceramento vêm aumentando significativamente e a qualidade do atendimento vem caindo, uma vez que há o “[...] sucateamento das instituições prisionais como um todo e conseqüentemente das condições mínimas adequadas para o atendimento dos/as detentos/as” (Ibid, p. 157). Os professores que trabalham na penitenciária são contratados temporariamente, configurando uma característica negativa desta relação, pois leva um tempo para se adaptar e, quando conseguem dar aula, já está no fim do contrato.

Entre as dificuldades de trabalhar como educador em uma penitenciária apresentam: a necessidade de uma adaptação constante de suas aulas e estratégias metodológicas; restrições de material; espaço físico muitas vezes inadequado; desistência das aulas; entre outros. Torna-se fundamental uma formação tanto inicial, como continuada, a esses profissionais para trabalharem com sujeitos encarcerados, “produto da segregação social, da pobreza, das drogas e da perda de valores humanitários” (Ibid, p. 166).

Mas, o que pretendem essas escolas intramuros? “A valorização da autonomia do interno, a problematização de sua existência e a promoção da dignidade dos que ali comparecem, sendo propostas diferentes da operação carcerária” (SANTOS, 2007, apud LAFFIN; NAKAYAMA, 2013, p. 172). Sendo uma educação pautada nos valores humanos em busca de reinserção social do interno, ressaltando que possuem o mesmo direito de estudar que os outros sujeitos. Concluem dizendo que para que o trabalho dentro das penitenciárias seja significativo deve ser coletivo, além de ser necessária uma formação inicial e continuada que abarque o contexto de privação da liberdade, para esses profissionais.

Na Revista Educação & Sociedade, foi selecionado o artigo “Formação de professores no Brasil: características e problemas” (GATTI, 2010), o qual apresenta a formação de professores no Brasil, ressaltando que vários problemas vem sendo apresentados com relação a formação inicial dos professores, que envolvem as universidades, para tal foram investigadas as licenciaturas presenciais em Pedagogia, Língua Portuguesa, Matemática e Ciências Biológicas.

Procura-se contribuir para o debate que busca a melhoria da qualidade da formação desses profissionais, tão essenciais para a nação e para propiciar, nas escolas e nas salas de aula do ensino básico, melhores oportunidades formativas para as futuras gerações (Ibid, p. 1360).

Nos últimos anos, houve um aumento significativo na oferta de cursos de formação de professores, sendo que a opção de muitos em fazer uma licenciatura não se deve ao fato de quererem ser professor, mas “a escolha da docência como uma espécie de “seguro desemprego”, ou seja, como uma alternativa no caso de não haver possibilidade de exercício de outra atividade” (Ibid, 1361). Havendo também uma feminização da docência, a qual é opção dos estudantes de renda familiar mais baixa e que em sua maioria provem de escolas públicas.

Ao analisar as ementas dos cursos de licenciatura, diagnosticou-se uma deficiência na formação destes educadores. “A constatação é de que há uma insuficiência formativa evidente para o desenvolvimento desse trabalho” (Ibid, p.1371). O que gera um ensino muitas vezes de baixa qualidade, pois há uma “[...] frágil preparação para o exercício do magistério na educação básica” (Ibid, p. 1374).

A autora conclui ressaltando que o magistério não pode ser colocado como uma formação secundária, onde há fragmentação, pouca preocupação com o que

ensinar e com a vinculação teoria e prática, sendo que a formação insuficiente é comprovada pelos baixos níveis de aprovação em concursos públicos para professor, devendo haver uma revolução com relação à formação de professores.

Na Revista Brasileira de Educação, foi selecionado o artigo: “Trajetórias escolares e prática profissional de docentes das camadas populares” (SANTOS; DIAS, 2013), que pretende analisar e identificar alguns fatores que contribuíram para que professoras oriundas das classes populares obtivessem longevidade escolar, pesquisa realizada com professoras de um Instituto Superior de Educação pertencente a uma fundação, localizado na região metropolitana de Belo Horizonte.

Ao reconstruir a trajetória de vida dessas professoras, percebeu-se que seus pais possuíam baixa escolaridade, não gozavam de tranquilidade financeira, possuíam lazer e gostos culturais típicos das classes populares, mas sempre buscaram fixar moradia em local que favorecesse a vida escolar dos filhos, além do incentivo das mães e de uma vida com atividades, horários e regras regulares. “Graças à mobilização dessas famílias, as professoras participantes da pesquisa cursaram o ensino superior, mesmo que tardiamente, como no caso das duas participantes mais velhas” (Ibid, p. 53). Também vale ressaltar que houve esforço e empenho pessoal por parte das professoras para que conseguissem longevidade escolar. Porém, nas entrevistas, as autoras ressaltam o fato de ter que trabalhar e estudar ao mesmo tempo, devido à situação financeira das famílias.

As entrevistas demonstram que a opção pelo magistério está relacionada a vivências positivas com bons professores, mas também ao pertencimento de classe e gênero.

Por ser o magistério uma profissão tradicionalmente reservada às mulheres, especialmente o seu exercício nas primeiras séries escolares, percebe-se que tal fato também exerceu um peso considerável na decisão tomada por elas relativa à sua profissão (Ibid, p. 58).

No artigo, as autoras evidenciam a positividade de realizar uma formação quando já estão inseridas no local de trabalho, possibilitando durante o curso superior uma reflexão sobre as práticas vivenciadas em sala de aula. “O fato de as docentes exercerem concomitantemente os papéis de alunas e professoras parece ter propiciado a elas uma situação privilegiada para que fizessem uma reflexão

sobre sua atividade profissional” (Ibid, p. 59). Assim como proporcionaram um espaço de troca de experiências com colegas.

Ao questionar as professoras sobre a oferta a seus alunos de participação em atividades fora dos muros das escolas, as quais não tiveram acesso, dizem não o fazer devido à dificuldade financeira das famílias e falta de incentivo das Secretarias de Educação. Ao serem questionadas se participavam de sindicatos, responderam que não por inúmeros fatores, tais como: excessiva carga horária, insucesso nas reivindicações, entre outros. Nesse momento, as autoras se questionam: “Como ajudar a formar alunos críticos e participativos, se o próprio professor se abstém de participar de seu sindicato, ou de qualquer outro movimento social?” (Ibid, p. 61).

Concluem que, mesmo nas difíceis condições financeiras que essas professoras se encontravam, conseguiram uma longevidade escolar, realizando pós-graduação na área que atuam e superando muitos desafios, porém apontam problemas em suas práticas profissionais advindos de suas trajetórias pessoais.

[...] ainda que o curso normal superior tenha contribuído para um crescimento pessoal e profissional das docentes, não representou uma transformação vigorosa em relação a aspectos importantes para a formação e constituição da identidade de um professor que atue com a qualidade julgada necessária (Ibid, p. 62).

c) Formação de professores para a diversidade cultural

Com relação ao tema formação de professores para a diversidade cultural, apenas a Revista Brasileira de Educação e a Revista Educação & Realidade, possuem publicações no período pesquisado com relação ao tema. A seguir, serão apresentadas as contribuições que estas publicações trazem para melhor compreensão do tema em destaque.

A Revista Brasileira de Educação possui duas publicações voltadas a este tema, primeiramente iremos analisar o artigo: “Formação continuada de professores para a diversidade cultural: ênfases, silêncios e perspectivas” (CANEN; XAVIER, 2011). Neste artigo, as autoras ressaltam que a diversidade cultural vem sendo alvo de inúmeras pesquisas, porém a articulação de tal tema a formação de professores tem sido um desafio. Vendo a formação inicial e continuada como um local privilegiado para a discussão do tema, bem como para a descoberta de alternativas com relação a como trabalhá-lo no contexto escolar, portanto colocam a

possibilidade de uma proposta multicultural na formação de professores, “articular os pressupostos de uma proposta multicultural à formação docente coloca-se como um desses profícuos caminhos a ser seguido, para uma escola culturalmente responsiva” (Ibid, p. 642).

Apresentam o multiculturalismo como um campo teórico, político e prático que busca respostas para a diversidade cultural e os preconceitos, sendo a valorização da identidade a peça central para uma educação que valorize a pluralidade de seu contexto, “rumo a uma visão democrática e plural que permita o diálogo entre culturas e avance no desempenho positivo de alunos de universos culturais plurais” (Ibid, p. 642). Devendo-se superar os mecanismos que por muito tempo geraram desigualdade e oprimiram alguns grupos e desenvolver práticas que resgatem seu papel e permitam sua valorização, apostando na formação continuada de professores como um espaço privilegiado para refletir sobre a diversidade cultural presente no contexto escolar.

[...] uma vez que preparar professores para refletirem e trabalharem com a diversidade cultural no contexto escolar significa abrir espaços que permitam a transformação da escola em um local em que as diferentes identidades são respeitadas e valorizadas, consideradas fatores enriquecedores da cidadania (Ibid, p. 642).

Mas o que é necessário na formação dos professores? Segundo as autoras, uma educação multicultural, que não deve estar isolada, mas associada as mais diversas áreas do conhecimento. Uma formação de professores em perspectiva multicultural pós-colonial, segundo Hall: “há uma íntima relação entre o ressurgimento da ‘questão multicultural’ e o fenômeno do ‘pós-colonial’” (HALL apud CANEN; XAVIER, 2011, p. 643), tem por objetivo uma mudança nas atitudes e posturas das pessoas com relação à diferença e não discursos permeados por preconceitos, estereótipos e silêncios, tendo o diálogo como ferramenta fundamental para que isso seja possível.

Segundo as autoras, os educadores ao trabalharem na perspectiva do multiculturalismo pós-colonial irão preocupar-se em acabar com a separação das identidades culturais entre opressores e oprimidos para que se reconheça a emergência de questões como hibridismo e sincretismo.

[...] a formação continuada de professores, a partir da perspectiva multicultural pós-colonial, favorecerá a compreensão de que: as identidades e as posições políticas não se conformam a binarismos, sendo essencialmente híbridas, sincréticas, não puras; os “efeitos de fronteira” são construídos discursivamente [...] (CANEN; XAVIER, 2011, p. 644).

Propõe-se alguns eixos didáticos-pedagógicos que devem ser desenvolvidos na formação continuada de professores numa perspectiva multicultural: a) articulação dos conteúdos didático-pedagógico-curriculares ao olhar multicultural; b) o desenvolvimento dos espaços/tempos de formação continuada voltados ao desenvolvimento da identidade docente e da identidade institucional da escola como uma organização multicultural. Ressaltam a importância na formação continuada de educadores, do desenvolvimento da visão da escola como um espaço privilegiado onde há cruzamentos de culturas, sendo necessário sensibilizar professores e gestores para o caráter híbrido e inacabado das identidades, bem como para o desenvolvimento de identidades coletivas.

Outra publicação envolvendo a formação de professores para a diversidade cultural presente na Revista Brasileira de Educação é o artigo: “Formação de professores, educação infantil e diversidade étnico-racial: saberes e fazeres nesse processo” (DIAS, 2012). Neste artigo, a autora busca apresentar o papel da escola e dos professores no combate ao racismo, apresentando as diversas ações desenvolvidas pelo movimento negro para alcançar tal objetivo, que acabou gerando em várias instâncias governamentais a criação de leis de estímulo à diversidade étnico-racial nos programas de ensino.

Essas ações se consolidaram como parte integrante da educação brasileira a partir de 2003, quando ocorre a alteração dos artigos 26-A e 79-B da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) (lei n. 10.639 de 2003 e lei n. 11.645 de 2008), explicitando de maneira contundente a obrigatoriedade dos sistemas educacionais brasileiros contemplarem em seus currículos questões relativas à história de negros e indígenas (Ibid, p. 662).

Busca analisar especialmente como professores de educação infantil, após uma formação promovida pelas secretarias voltada para o combate ao racismo, mobilizam esses saberes para a elaboração de um currículo que contemple tal abordagem, segundo a autora, fato pouco estudado. Para tal, realizou entrevistas entre os gestores, responsáveis pelo desenvolvimento dos cursos e os profissionais da educação infantil. O estudo visou apresentar o impacto dos cursos que visam romper com a lógica da exclusão social e racial, nas práticas das professoras de

educação infantil que fizeram parte da pesquisa, “[...] ao investigarmos as práticas das professoras no que tange à diversidade, buscamos compreender quais os princípios que as nortearam para desenvolver suas ações” (Ibid, 665).

Os cursos analisados ocorreram em Campo Grande/MS e Campinas/SP, sendo ressaltado pelo movimento negro a necessidade de um constante diálogo para convencimento dos secretários sobre a importância de formação sobre o tema. Nos dois locais os investimentos nos cursos foi diferente, em SP deu-se maior importância ao curso do que em MS, investindo também em material. As professoras entrevistadas colocam que o curso favoreceu o seu trabalho e quatro princípios são apresentados por elas como fundamentais para desenvolver o tema diversidade étnico-racial na educação infantil. Primeiramente, apresentam como princípio a coragem de enfrentar o tema, por ser polêmico e por, muitas vezes, não possuir o apoio do coletivo.

Sem dúvida, trazer para a educação infantil os temas relativos à diversidade implica tomar uma atitude ousada e ética em relação à raça/cor e etnia. Incluir conhecimentos afro-brasileiros e indígenas e considerá-los tão importantes quanto os conhecimentos de origem europeia, que já são largamente trabalhados, é romper com uma tradição eurocêntrica de currículo, atitude nem sempre apoiada pelo conjunto de profissionais das instituições escolares (Ibid, p. 665).

O segundo é o da ludicidade, que tipo de trabalho devemos desenvolver com as crianças pequenas, como inserir o tema no contexto das práticas de forma lúdica. O terceiro princípio foi o de considerar as diferenças entre as pessoas como um valor positivo e o quarto princípio refere-se ao desenvolvimento da identidade, pois não sendo algo imposto, deve o professor fornecer elementos para que a criança construa sua identidade racial de forma positiva.

A autora ressalta a importância dos cursos de formação de professores para a educação infantil de proporcionar conhecimentos para que estes consigam trabalhar com o tema “[...] sejam capazes de desenvolver experiências de aprendizagem nas quais as crianças se apropriem dos conhecimentos culturais e científicos produzidos pelos vários grupos étnico-raciais, especialmente negros e indígenas” (Ibid, p. 668).

São apresentadas as reações das crianças diante do tema, que muitas vezes é de rejeição e medo da criança branca com relação a negra, que na maioria das vezes vem da educação informal anterior a instituição escola. “Quais seriam os “saberes” construídos em sua experiência que as levam a apresentar tais atitudes?

Certamente, é a aprendizagem social negativa sobre o que representam pessoas negras” (Ibid, p. 669).

Na maioria das vezes, as crianças negras apresentam ou certa passividade com relação a essas discriminações, ou apresentam agressividade, ou ainda se isolam, porém existem também uma outra realidade em que crianças negras, “mesmo diante desse ambiente hostil, conseguem se autoafirmar como negras e colaboram para que outras crianças passem a considerar essa uma possibilidade legítima de ser e estar no grupo” (Ibid, p. 670). Conclui que é com dificuldades que temas como a diversidade étnico-racial são incorporados aos cursos de formação, seja inicial ou continuada e também a falta muitas vezes de incentivo do poder público, sendo isso fundamental para desencadear mudanças no contexto escolar de combate à discriminação e promoção da igualdade racial.

A Revista Educação & Realidade possui uma publicação científica voltada a este tema, o artigo: “O Uso de Textos Polêmicos em Sala de Aula: formação e prática docente” (DAVILA; SOUZA, 2013). O referido artigo almeja investigar como professores utilizam os textos literários sobre temas polêmicos em sala de aula, diagnosticando inicialmente que existe certa insegurança ao trabalhá-los, “[...] como educadores, no entanto, percebemos que os professores do ensino fundamental temem tais assuntos, como se eles estivessem fora da realidade de seus alunos” (Ibid, p. 1209), por isso esse tema vem sendo objeto de estudos e inserido nos cursos de formação.

Durante a pesquisa, observaram que as percepções que educadores possuem de sua função pode influenciar na utilização de textos polêmicos em sala de aula, o que se confirma pela fala que segue: “As distintas posições ideológicas nas quais os professores vivem podem determinar a qualidade e a quantidade de materiais multiculturais na sala de aula” (Ibid, p. 1210).

No artigo, citam uma pesquisa realizada por Luke, Cooke e Luke (1986), na qual entrevistaram 54 professores de Queensland, Austrália, com o objetivo de identificar os livros infantis que consideravam apropriados para as crianças. As respostas dos professores revelaram preconceito racial e de gênero, em especial dos que possuíam pouca experiência em sala de aula, sendo que a partir dos resultados os autores sugeriram:

“[...] o oferecimento de cursos de formação de professores para trabalhar com textos que “[...] direcionem explicitamente a questão do conteúdo ideológico da literatura infantil [...] e incluam discussões concretas de sexo, raça, e os estereótipos das classes sociais”” (LUKE; COOKE; LUKE, 1986, apud DAVILA; SOUZA, 2013, p. 1211).

O resultado desta pesquisa nos faz questionar a formação que tem recebido os educadores e como eles têm desempenhado seu papel. A partir desse diagnóstico, passaram a examinar como os formadores de professores tem usado a literatura infantil com experiências de grupos sociais e culturais não dominantes para que esses se tornem educadores multiculturais.

Como um movimento de reforma, a formação multicultural não somente aponta para revisões curriculares, mas defende uma mudança institucional e sistêmica na educação, garantindo as mesmas oportunidades de aprendizagem para todos os alunos, independentemente da raça, gênero, cultura, classe social ou língua (BANKS; BANKS, 2010, apud DAVILA; SOUZA, 2013, p. 1211).

As autoras ressaltam que educadores culturalmente responsivo-competentes, compreendem o papel da cultura na educação e utilizam deste conhecimento para tornar a escola um local prazeroso para cada um dos alunos, facilitando o multiculturalismo como o uso de literatura infantil com temas polêmicos em sala de aula.

Porém, cursos de formação continuada com temas polêmicos, que ajudariam a desenvolver a habilidade de trabalhar com os mesmos em sala de aula não são comuns e muitos professores possuem uma capacidade limitada em ler de forma crítica. Portanto, os formadores de professores, durante os cursos ministrados, buscaram em primeiro lugar fazer os professores refletirem sobre os materiais que utilizariam em sala de aula: “Você usaria esse livro infantil (de tema polêmico) em sua sala de aula? Por quê? Por que não?”; “Como você utilizaria esse livro para ensinar sobre cultura e diversidade?” (DAVILA; SOUZA, 2013, p. 1213).

Concluem que a maioria dos professores não é leitor crítico e que possui dificuldade de oferecer a seus alunos uma educação multicultural, portanto é necessário que os formadores de professores trabalhem nas formações continuadas buscando sanar essas dificuldades, pois: “O importante é que o docente se dispa dos preconceitos e saiba gerir atividades que formem alunos críticos, que os façam pensar” (Ibid, 1214-1215).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS: BALANÇO DAS PRODUÇÕES

Observa-se que o levantamento e a análise dos dados realizados nessa pesquisa evidenciaram a existência de um número restrito de trabalhos que articulavam a formação de professores e a questão da diversidade cultural. Sendo que a formação de professores e a diversidade cultural constituem-se como objeto de um considerável número de pesquisas.

Conclui-se, após análise, que as categorias acima comentadas respondem, mesmo que provisoriamente, a questão que deu origem a pesquisa, percebendo-se que as tendências inicialmente destacadas na revisão bibliográfica vieram a ser reforçadas pelos artigos analisados.

Nos artigos que trabalham a temática da diversidade cultural, são abordadas diversas questões, principalmente sobre a incorporação de temáticas de aceitação a diversidade cultural na formação escolar. Muitos estudos demonstraram a urgência de se trabalhar a temática e a necessidade de uma educação intercultural com vistas à ressignificação dos direitos humanos, através de um diálogo que visa o reconhecimento e a valorização das diferenças, onde “[...] o foco se encontra na luta e nos movimentos de resistência, em políticas de esperança e possibilidades que permitam a promoção de um ‘horizonte transformador e emancipatório’ para grupos sociais, educacional e historicamente oprimidos” (CANEN, MOREIRA, 2001, apud CANEN, 2011, p. 14).

Nos artigos que trabalham a temática da formação de professores, pode-se ressaltar inúmeras contribuições, como: a necessidade de uma formação inicial e continuada que abarque contextos diversos; estudos sobre o trabalho educativo com encarcerados; o aumento significativo na oferta de curso de formação no Brasil; as deficiências nas propostas formativas; baixa qualidade e fragmentação entre teoria e prática. Os artigos demonstraram uma urgência na reformulação dos cursos de formação de professores, pois “[...] é possível afirmarmos que a formação inicial não tem dado conta das necessidades que cotidianamente se impõem a estes profissionais” (CANEN, 2011, p. 22).

Nos artigos que trabalham com a temática da formação de professores para a diversidade cultural, ressaltou-se que a diversidade cultural vem sendo objeto de várias pesquisas, porém sua inserção na formação de professores tanto inicial como continuada tem sido um desafio, sendo um espaço privilegiado para essa discussão

com base numa proposta multicultural, que tem por objetivo uma mudança nas atitudes e posturas dos professores com relação à diferença, tendo o diálogo como ferramenta fundamental para que isso seja possível. Alguns pesquisadores ressaltam também que a dificuldade de trabalhar com a temática resulta de falta de apoio do poder público e dos colegas, além da insegurança em trabalhar esta temática, demonstrando dificuldade em oferecer uma educação multicultural.

Isso significa dizer que as propostas de formação continuada para os profissionais da educação devem buscar superar uma concepção de escola monocultural, composta por identidades homogêneas, na qual os conflitos são mascarados e a diversidade cultural é ignorada ou tratada como um fator de exceção ou exotismo (Ibid, p. 25).

Portanto, destaca-se a necessidade de se desenvolver nas escolas uma educação intercultural para que se fortaleça o processo de aprendizagem, a formação de professores e as dinâmicas escolares em geral. Esse tema constitui-se como desafio para a continuidade de nossas pesquisas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, R. O. M. et al. **Formação inicial de professores da educação básica no Brasil:** trajetória e perspectivas. Rev. Diálogo Educ., Curitiba, v. 12, n. 37, set./dez. 2012, p. 997-1026.

BOURDIEU, P. **A Escola conservadora:** as desigualdades frente à escola e à cultura. In.: CATANI, A.; NOGUEIRA, M. A.; (Orgs.). Pierre Bourdieu: escritos de educação. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1998, p. 39-64.

BRASIL. Presidência da República - Casa Civil - Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei Nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm. Acesso em: 30 de mar. 2015.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais:** pluralidade cultural, orientação sexual. Brasília: MEC/SEF, 1997, p. 164.

CANAU, V. M. F. **Diferenças culturais, cotidiano escolar e práticas pedagógicas.** Currículo sem Fronteiras, v.11, n.2, Jul/Dez 2011, p. 240-255. Disponível em: www.curriculosemfronteiras.org. Acesso em: 10 de jan. 2015

CANAU, V. M. F. **Diferenças culturais, interculturalidade e educação em direitos humanos.** Revista Educação & Sociedade, Campinas, v. 33, n. 118, jan.-mar. 2012, p. 235-250. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 10 de abr. 2015.

CANAU, V. M. **Multiculturalismo e educação:** desafios para a prática pedagógica. In.: CANAU, V. M.; MOREIRA, A. F. (orgs.) Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2011. p. 13-37.

CANAU, V. M.; MOREIRA, A. F. **Introdução.** In.: _____ Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2011. p. 7-12.

CANEN, A. **Formação de Professores:** Diálogo das Diferenças. Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v. 5, n. 17, out./dez, 1997, p. 477-494.

CANEN, A. XAVIER, G. P. de M. **Formação de professores para a diversidade cultural:** ênfases, silêncios e perspectivas. Revista Brasileira de Educação v. 16 n. 48 set./dez. 2011, p. 641 – 813.

CANEN, A. XAVIER, G. P. de M. **Gestão do currículo para a diversidade cultural:** discursos circulantes em um curso de formação continuada de professores e gestores. Currículo sem Fronteiras. v. 12, n. 2, maio/ago. 2012, p. 306 – 325.

CORTESÃO, L. **Professor: produtor e/ou tradutor de conhecimentos?** Trabalhando no contexto do arco-íris sociocultural da sala de aula. Revista Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 37, n. 3, set./dez. 2012, p. 719 – 735 Disponível em: <http://www.ufrgs.br/edu_realidade>

DAVILA, D.; SOUZA, R. J. **O Uso de Textos Polêmicos em Sala de Aula:** formação e prática docente. Revista Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 38, n. 4, p. 1207-1220, out./dez. 2013. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/edu_realidade>. Acesso em: 25 de mai. 2015.

DIAS, L. R. **Formação de professores, educação infantil e diversidade étnico-racial: saberes e fazeres nesse processo.** Revista Brasileira de Educação v. 17 n. 51 set.- dez. 2012, p. 661-749.

FERNANDES, J. R. O. **Ensino de História e Diversidade Cultural: desafios e possibilidades.** Cad. Cedes, Campinas, vol. 25, n. 67, set./dez. 2005, p. 378-388. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 21 de mai. 2015.

GADOTTI, M. **Diversidade Cultural e Educação para Todos.** Juiz de Fora: Graal.1992. p. 21 - 70.

GATTI, B. A. **Formação de professores no Brasil: Características e problemas.** Educ. Soc., Campinas, v. 31, n. 113, out.-dez. 2010, p. 1355-1379. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 14 de abr. 2015.

LAFFIN, M. H. L. F.; NAKAYAMA, A. R. **O Trabalho de Professores/as em Um Espaço de Privação de Liberdade.** Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 38, n. 1, jan./mar. 2013, p. 155-178. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/edu_realidade>. Acesso em: 10 de mar. 2015.

POLLAK, M. **Memória, Esquecimento, Silêncio.** Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

SANTOS, B. S; NUNES J. A. **Introdução: para ampliar o cânone do reconhecimento.** In: SANTOS. B. S. (Org.). Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 25-68.

SANTOS, L. L. C. P.; DIAS, R. L. C. **Trajetórias escolares e prática profissional de docentes das camadas populares.** Revista Brasileira de Educação v. 18 n. 52 jan.-mar. 2013, p. 49-64.

SAVIANI, D. **Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro.** Revista Brasileira de Educação v. 14 n. 40 jan./abr. 2009. p. 143-155. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v14n40/v14n40a12.pdf>. Acesso em: 12 de jun. 2015.

SAVIANI, D. **Formação de professores no Brasil: dilemas e perspectivas.** Poésis Pedagógica - V.9, N.1 jan/jun.2011, p.07-19.

SILVA, R. M. D. da. **Educação patrimonial e a dissolução das monoidentidades.** Anais do IV Encontro Internacional de Ciências Sociais. Pelotas: UFPEL, 2014, p. 16.

SILVEIRA, R. M. H.; BONIN, I. T.; RIPOLL, D. **Ensinando sobre a diferença na literatura para crianças: paratextos, discurso científico e discurso multicultural.** Revista Brasileira de Educação v. 15 n. 43 jan./abr. 2010, p. 99-108.

UNESCO. **Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural.** CLT.2002/WS/9 - 2002, p. 07. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001271/127160por.pdf>. Acesso em: 17 de mar. 2015.

VIEIRA, R. **Etnobiografias e descoberta de si: uma proposta da Antropologia da Educação para a formação de professores para a diversidade cultural.** Pro-Posições. Revista Quadrimestral da Faculdade de Educação – Unicamp. v. 24, n. 2 (71) mai/ago. 2013, p. 109-123.

WIEVIORKA, M. **Em que mundo vivemos?** [tradução Eva Landa e Fábio Landa]. São Paulo: Perspectiva, 2006, p. 296.

XAVIER, G. P. de M. **A formação continuada dos profissionais da educação e o desafio de pensar multiculturalmente uma escola pública de qualidade.** Universidade Federal do Rio de Janeiro. Tese de Doutorado, Orientadora: Profa. Dra. Ana, de Janeiro, 2011, p. 140.